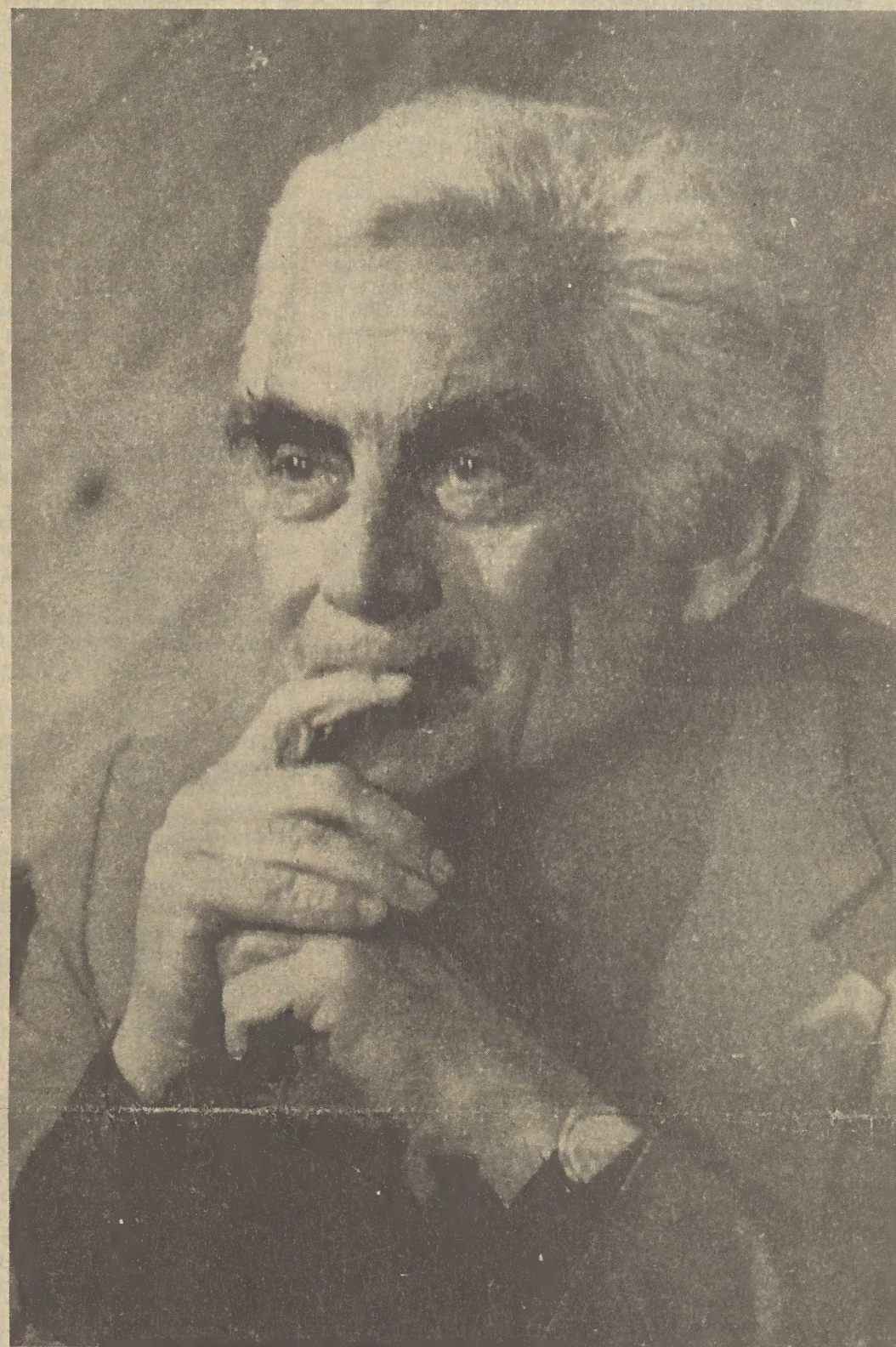


ÁLVARO CUNHAL RESPONDE A 43 PERGUNTAS DO «AVANTE!»

**"Em 1981
a luta continua.
Mas em condições
mais favoráveis
do que em 1980"**



- **O que caracteriza o fim do ano na vida política portuguesa é a derrota estrondosa, através das eleições presidenciais, do plano subversivo da «AD» para a liquidação do regime democrático.**
- **Não foi a pessoa de Soares Carneiro que provocou a derrota. Foi o facto dessa pessoa ser a personificação, a afirmação, a revelação, a expressão da verdadeira fisionomia e dos verdadeiros objectivos da Aliança reacconária.**
- **Aquilo que se designa por «bloco central» (uma maioria do PS com o PSD ou do PS com a «AD» ou uma parte da «AD») não seria uma solução democrática mas uma saída para as forças reacconárias após a derrota do seu plano subversivo.**
- **Temos plena consciência de ter dado uma contribuição decisiva para a derrota do candidato da «AD».**
- **Haverá certamente, pelo menos nos tempos mais próximos, uma táctica diferente da «AD». Os objectivos estratégicos continuarão inalteráveis.**
- **O necessário para que a revisão da Constituição tenha lugar nos termos legais e não afecte o regime democrático, não é o entendimento entre o PS e a «AD», mas o entendimento entre todos os democratas, designadamente entre o PS e o PCP.**
- **As competências do Conselho da Revolução devem passar para outros órgãos de soberania, mas com soluções que não possam partidizar as Forças Armadas, os seus chefes e os seus Estados-Maiores.**

Páginas centrais



As mulheres na defesa de Abril

Pág. 8

Aumento dos transportes: outra factura da «AD»



Pág. 2

Editorial

«PARTO» DIFÍCIL — «FACTURA» PESADA

O momento político nacional exige redobrada atenção das forças democráticas, de todos os trabalhadores e patriotas. O problema do governo, da sua natureza, da sua prática previsível e, por outro lado, o reforço do movimento popular e democrático e a resposta política ao manobristmo e aos projectos da direita, são questões de primeira grandeza nos tempos que vão correndo.

A composição do Governo Balsemão é já mais ou menos conhecida em termos de informação. O acto de posse dentro de breves dias não trará presumivelmente surpresas de vulto a quem tenha acompanhado as operosas negociações entre os parceiros da «AD» para a sua formação.

É um Governo parido a ferros, nascido sob o signo da derrota, traumatizado logo à nascença por conflitos, tricas e choques intestinos da coligação governamental, por rivalidades e ambições pessoais e de grupo que se digladiam no seio da Aliança reacconária e também pelas evidentes divergências tácticas quanto ao caminho a seguir.

É também um modelo acabado dos «acordos de cavalheiros» no seio da «AD», em que os compromissos se selam essencialmente nas costas do Povo, contra a democracia.

Se a alguém restasse dúvidas acerca da retumbância da derrota sofrida pelas forças mais representativas da reacção fascizante em Portugal no dia 7 de Dezembro, o panorama oferecido pelos «barões» da «AD» nesta fase crucial da constituição do novo Governo deve tê-las dissipado em definitivo.

NÃO deixam de ser reveladoras da «filosofia» e do estado de espírito dominantes nos círculos dirigentes da coligação governamental reacconária os desígnios de classe e os critérios insólitos da atribuição e do anunciado alargamento de pastas ministeriais na formação do novo Governo.

As chantagens mútuas e as mútuas transacções entre «falcões» e «pombas» dos dois principais partidos da «AD» e no seio de cada um deles em particular, estão no «cimento» quebradicho dessa construção bizarra e artificial a que vão chamar «VII Governo constitucional», o qual, a dar-se crédito a certas declarações e afirmações de destacados personagens da Aliança reacconária bem poderia chamar-se de Governo «à borda do abismo».

Não somos nós mas eles que o dizem por palavras suas.

O sr. Ângelo Correla, por exemplo, reflectindo as compreensíveis preocupações do «directório», avisava há dias, num conhecido semanário da extrema-direita, que «se este governo falha, a seguir não haverá outro».

Também o sr. Marcelo Rebelo de Sousa, um dos «analistas» e conselheiros encartados da «AD» escrevia, claramente alarmado no próprio jornal do Primeiro-Ministro indignado: «Pinto Balsemão deve chamar para o pé de si certos dirigentes social-democratas que, deixados à solta podem ser um perigo para o Governo!». E ainda esta significativa reflexão: «É preciso ter a certeza de que o CDS e o PPM estão de alma e coração com o governo sem o perigo de o apoiarem pela frente e por detrás o considerarem um nado-morto».

De facto, tudo parece apontar para uma situação insólita dentro da «AD»: a criação de um autêntico «governo-paralelo» chefiado pelo sr. Freitas do Amaral, um dos grandes vencidos das eleições de 7 de Dezembro.

Freitas do Amaral que ainda há bem poucos meses se rebelava acerbamente contra as «diplomacias paralelas», visando o Presidente da República, prepara-se para assumir, à revelia de Balsemão, a direcção efectiva do Governo à frente de um todo-poderoso «organismo coordenador da AD».

O aumento do número de ministros, secretários e subsecretários de Estado, directores gerais e outros chorudos cargos do futuro Governo não obedece, manifestamente, a quaisquer aceitáveis exigências de maior operacionalidade e eficiência administrativa do futuro elenco governamental.

O móbil é outro. Tudo mostra que é a ingente necessidade de calar, com umas tantas «buchas» umas tantas bocas recalcitrantes de mandões da Aliança reacconária, dos tais «que à solta podem ser um perigo para o Governo», o factor determinante do anormal aumento do número de pastas no Governo de Balsemão.

Com total desrespeito pelo erário público e simplesmente para a satisfação de clientelas, Balsemão não hesita em fomentar e aumentar o parasitismo burocrático no aparelho de Estado.

Soa, por isso, a falso o agastado desabafo do sr. MRS quando pontua que o Governo Balsemão «não pode ser, no que toca ao PSD, uma espécie de "geral" honorífica para acalmar e comprar a aquiescência de todos aqueles que se consideram importantes dentro do partido».

A verdade nua e crua aí está a desmentir os piedosos votos dos moralistas da «AD».

A conquista de privilégios e sinecuras no aparelho de Estado sempre foi e é uma componente do domínio económico e político dos potentados do dinheiro no sistema capitalista.

NESTE verdadeiro supermercado de influências que é a Aliança reacconária a operação «Proença de Carvalho» é um mimo do nepotismo e da sem vergonha inerentes ao domínio político da reacção sob a égide da «AD».

Proença de Carvalho à frente da RTP tem sido a verdadeira incarnação da orientação para-fascista do principal órgão estatizado de comunicação social de massas, realizou ao serviço dos objectivos eleitoralistas da «AD» a mais escandalosa e sórdida manipulação de um meio de informação que é por definição constitucional propriedade do Povo.

Alguns ingénúos chegaram a admitir que o sr. Pinto Balsemão, proprietário e director de um semanário que se dá ares de liberal se disporia a limpar esse estábulo infecto que é a comunicação social estatizada e a resgatar os atentados à dignidade profissional de dezenas de trabalhadores da informação atingidos pelo labor Inquisitorial de Proença de Carvalho e do seu irmão slamês na direcção da RTP, Duarte Figueiredo.

Balsemão não só se está nas tintas para tudo isso como acaba de fazer uma declaração de intenções altamente reveladora dos seus propósitos reais.

Disse ele que o futuro secretário de Estado da Comunicação Social iria ser «uma espécie de presidente da comissão liquidatária da comissão social estatizada».

Não se pode ser mais explícito — o sr. Pinto Balsemão não só não limpará o «estábulo» como se propõe mesmo liquidar a base objectiva do pluralismo democrático, ou seja a propriedade pública dos grandes meios de comunicação social de massas.

O facto de o presidente da RTP ser também um dos principais donos da Torralta, desta Torralta que conseguiu do governo «AD» a concessão do jogo na Tróia com um crédito pela Banca do Estado de oito milhões de contos, projecta sobre a sua escandalosa recondução à RTP uma luz adicional esclarecedora e significativa.

SE as dificuldades do parto do novo Governo e os «acordos de cavalheiros» entre os responsáveis da «AD» exigem a maior atenção das forças democráticas, uma outra questão de importância vital deve desde já alertar e mobilizar os trabalhadores e todos os portugueses de modestos recursos das classes e camadas médias do Povo — a luta contra o pagamento da «factura» eleitoral da Aliança reacconária.

As «algielas rotas» das benesses eleitorais dadas pelo governo Sá Carneiro mostram agora o seu reverso.

O plano subversivo da «AD», foi ao ar com a derrota do general de S. Nicolau e agora é preciso colmatar, à custa de pesados sacrifícios para o Povo português, os grandes rombos no orçamento público, os grandes desvios de volumosas verbas para a compra de votos na Aliança reacconária.

Cavaco e Silva «o Barbosa das faturas» do governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, fuge agora, recusando o convite de Pinto Balsemão, às suas responsabilidades directas no drástico agravamento da crise económica e financeira e das condições de vida do Povo português.

Freitas do Amaral, Pinto Balsemão, Cavaco e Silva deixam com o fim do governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral uma pesada «factura» aos trabalhadores e aos pequenos e médios agricultores, comerciantes, artesãos e industriais.

O brutal aumento dos preços de produtos e serviços essenciais decretado nestes últimos dias (dos combustíveis, dos adubos, dos transportes públicos) irá reflectir-se duramente na vida dos portugueses.

Também, no plano económico, o panorama é alarmante.

Cavaco e Silva e o governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral deixam a Balança de Transacções Correntes e a Balança Comercial com défices de volume excepcional com tendência para novos agravamentos.

O nosso Povo vai pagar muito cara a «factura» eleitoral da «AD».

E daqui decorrem as duas únicas vias para sacudir tão depressa quanto possível das cadelas do Poder este bando de aves de rapina que é o governo da «AD»: a resposta política e a resposta de massas, isto é, uma alternativa democrática apoiada na esmagadora maioria do povo de Abril que derrotou Soares Carneiro nas eleições de Dezembro e a luta organizada, unida e firme dos trabalhadores portugueses por melhores condições de vida, pela defesa das suas liberdades, direitos e garantias.

O plano subversivo da «AD» foi derrotado — é agora imperioso completar essa estrondosa derrota lutando activamente por uma necessária mudança democrática de governo e de política.

Aumento dos transportes: outra factura da «AD»

O Governo «AD» de Freitas do Amaral, antes de abandonar as suas funções, apresentou ao povo de Lisboa mais uma factura: a do aumento do preço dos transportes, a partir de amanhã, primeiro dia do novo ano. É o que se chama entrar no novo ano com o pé da direita...

Os aumentos agora decretados nos transportes — depois dos recentes aumentos da água e dos combustíveis — são a consequência da política eleitoralista, irresponsável e incompetente realizada pelo governo da «AD» ao longo deste ano. Aliás, em declarações do responsável ministerial do sector reproduzidas na noite da passada segunda-feira pela RTP, este aspecto ficaria bem evidenciado: com efeito, disse o ministro que estes aumentos se «justificavam» porque, ao longo do ano, os transportes não tinham aumentado uma única vez!

A face da incompetência fica bem evidenciada e, neste caso, estamos perante uma política de verdadeira arrumação de contas em que são os utentes dos transportes públicos e os trabalhadores do sector a pagar a irresponsabilidade da gestão «AD».

Nestes casos, há sempre quem possa formular a dúvida: são inevitáveis estes aumentos? A resposta é não! Se têm sido tomadas as medidas de fundo há tanto tempo reclamadas para o sector (nomeadamente, quer pelo PCP quer pelas organizações unitárias dos trabalhadores) não seriam necessários aumentos tão elevados para os transportes de mercadorias e, quanto aos aumentos dos transportes de passageiros, nem sequer eram inevitáveis, atendendo ao carácter social dos serviços prestados.

Trabalhadores desmascaram «razões»

Entretanto, uma das «razões» invocadas pelo governo para os aumentos agora verificados residiria nos encargos com a subida de salários. Em conferência de imprensa realizada na passada segunda-feira, as organizações sindicais do sector (representando cerca de 200 mil trabalhadores) consideraram tais «razões» como totalmente falsas, esclarecendo que o peso dos encargos com pessoal nas despesas totais das empresas tem vindo a decrescer nos últimos anos. Assim, e por exemplo, no período compreendido entre 1977 e 1980, esses encargos baixaram de 64,7 por cento para 54 por cento no Metropolitano, de 71,3 por cento para 58,9 por cento na Carris, e de 48,8 por

cento para 43,1 por cento na Rodoviária Nacional.

Os sindicatos do sector acusam também o governo de estar a apresentar a factura, afirmando nomeadamente: **Razão tinha o movimento sindical unitário quando afirmou que, passadas as eleições, e quando já não tivesse necessidade de caçar votos, o governo «AD», devido à política que segue e aos interesses que defende, tentaria obrigar o povo português a pagar uma pesada factura.**

Na mesma oportunidade, os sindicatos do sector acusam o governo de prejudicar gravemente as empresas públicas ao violar sistematicamente os acordos de saneamento económico-financeiro, ao declarar empresas em situação económica difícil sem qualquer justificação técnica e legal, ao nomear gestores claramente incompetentes, ao levantar dificuldades à obtenção de financiamentos e ao pretender retirar às empresas as suas partes mais rentáveis para as entregar aos antigos patrões.

Porque subiu a «AD» os transportes?

No prosseguimento da sua política altamente lesiva dos interesses dos trabalhadores, do povo português e da economia nacional, os aumentos agora decretados são o passo lógico de uma política condenada.

O governo não cumpre os acordos de saneamento económico-financeiro, do que resulta que a dívida referente a 1980 da RN e da Carris seja de quase 1,9 milhões de contos. Neste mesmo ano, o governo reduziu as indemnizações compensatórias às empresas públicas, do que resultou que, para as empresas do sector, a preços constantes de 1979 e considerando uma inflação de 22 por cento, as reduções tenham sido as seguintes: Metropolitano — 2,2 mil contos (menos 1,8 por cento); Transtejo — 34,6 mil contos (menos 31,4 por cento); CP — 1048 mil contos (menos 23,1 por cento).

A situação financeira das empresas está, entretanto, longe de ser regularizada, apresentando encargos financeiros muito elevados, tendo sido em 1980 e para

o conjunto da Carris, CP, RN e Metro, o volume desses encargos superior a 4 milhões de contos.

Mas um outro dado é preciso ter em conta: através do aumento do gasóleo recentemente decretado, o que vai acontecer é que o governo vai cobrar da Carris, da RN, da CP e da Transtejo um imposto de cerca de 470 mil contos o que equivale a ser o serviço público a subsidiar o Orçamento Geral do Estado em vez de ser o OGE a subsidiar o serviço público.

A política de enfeudamento ao imperialismo, por parte do

governo «AD» tem também a sua cota-parte nestes aumentos, obviamente: praticando uma política monetária de desvalorização do escudo, o governo provoca custos crescentes na manutenção e nos investimentos.

As consequências desta política contra os interesses nacionais estão bem à vista: os consideráveis aumentos dos transportes aí estão para o demonstrar. E nada garante que, a breve prazo, o governo não venha a impor uma segunda factura nos transportes.

Aumentos entre 16 e 40 por cento

Na Carris

os bilhetes de 5\$00 passaram para 7\$00 (+ 40%)
os bilhetes de 10\$00 passaram para 12\$50 (+ 25%)
os bilhetes de 15\$00 passaram para 19\$00 (+ 26,7%)
os bilhetes pré-comprados aumentaram 25%

Na RN

um aumento médio de 30%
o bilhete mínimo passou de 5\$00 para 7\$00 (+ 40%)

Na CP

aumento médio de 20% na tarifa de passageiros
aumento médio de 30% na tarifa de mercadorias

No Metro

bilhetes de 10\$00 passaram para 12\$50 (+ 25%)

Na Transtejo

bilhetes de 10\$00 passaram para 12\$50 (+ 25%)

Táxis

bandeirada subiu de 12\$00 para 14\$00 (+ 16,6%)

Os preços dos passes

Os novos preços do passe intermodal, que a partir de amanhã começam a ser praticados. Como termo de comparação os preços anteriores. E as percentagens do aumento agora registado:

Tipo de passe	Preço anterior	Preço actual	% de aumento
L (Carris/Metro)	420\$	480\$	14,2
L1 (Carris/Metro/CP RN/Transtejo)	550\$	630\$	14,5
L12 (""""""")	670\$	770\$	14,9
L123 (""""""")	780\$	900\$	15,3
012 (Transtejo/RN/CP)	390\$	450\$	13,3
Trans. Municip. do Barreiro)	390\$	450\$	13,3
023 (""""""")	520\$	600\$	13,3
123 (""""""")	90\$	100\$	11,1
Terceira idade (fim-de-semana)			

O relatório de uma comissão de prova ou a prova de uma comissão contendo de que o fascismo nada pode perante a força, a determinação e o querer aglutinados, por exemplo, num livro de poemas.



COLEÇÃO 'RESISTÊNCIA'

edições Avante!



O Encontro Nacional de Saúde do PCP, efectuado em 10 e 11 de Maio de 1980, representou um momento particular de análise, reflexão, discussão e propostas de solução de alguns problemas da Saúde.

Este livro pretende dar conta do que foi esse Encontro, parte integrante de um processo de lutas, dificuldades e trabalhos que continuará até que o Povo português veja concretizado na prática o seu direito à Saúde.

À venda

Avante!
Publicações de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes — 1099 Lisboa CODEX. Tel. 768345.
ADMINISTRAÇÃO, Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3° D1, — 1000 Lisboa Tel. 76974/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — 1099 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2° D1 — 1000 Lisboa. Tel. 770628/770625.

Central Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-3° D1 — 1000 Lisboa. Tel. 769705. Abrangem os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372239.

Central Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 5/8 — 4000 Porto. Tel. 28938.
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2° Esq. — 4000 Porto. Tel. 310441.
Central Distribuidor do Centro: Rua 1° de Maio 186, Pedrúlia — 3000 Coimbra. Tel. 31286.
Central Distribuidor do Alentejo: Alcaçova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.
Central Distribuidor do Algarve: Rua 1° de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2° Esq. — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 770936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2° Esq. — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.
Composto e Impressão na Hecla Portuguesa R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média no mês de Novembro: 64 712

Semana

23

Terça-feira

1734 — Nasce o poeta Filinto Eliseu.

Em conferência de imprensa a comissão de trabalhadores da Siderurgia Nacional responsabiliza o respectivo conselho de gerência por má gestão e por se preocupar apenas com a aquisição de novos carros para os directores e na montagem de gabinetes luxuosos para os respectivos membros. ■ O general Ramalho Eanes, na sua qualidade de Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, dirige uma mensagem de Natal a todos os militares portugueses. ■ Comentando afirmações de Pinto Balsemão segundo as quais apenas «por cortesia» o primeiro-ministro indigitado comunicaria ao Presidente da República os nomes dos ministros antes da posse do Executivo, o constitucionista Jorge de Miranda esclarece que, nos termos do artigo 136.º da Constituição, o Presidente da República não se limitará a empossar o governo mas também a nomeá-lo, sendo todo o Governo responsável politicamente perante o Presidente da República.

24

Quarta-feira

1524 — Morre o navegador Vasco da Gama.

Nun documento do Grupo de Trabalho da Indústria Farmacéutica Nacional sobre os problemas desta indústria considera-se, nomeadamente, que a legislação em vigor para o sector farmacêutico protege fundamentalmente os interesses de empresas estrangeiras. ■ O Instituto Superior de Economia (ISE) publica o primeiro número da sua revista trimestral «Estudos de Economia» cujo corpo redactorial é constituído por docentes daquela escola, sendo definida no seu estatuto editorial como de «carácter científico» e propondo-se acompanhar «diferentes correntes do pensamento e proporcionar o debate de distintos paradigmas teóricos».

25

Quinta-feira

1861 — Agitação em Lisboa: o boato de envenenamento de vários membros da família real (incluindo D. Pedro V, pouco antes vítima por uma febre tifóide) provoca tumultos na capital contra o governo do duque de Loulé.

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, passa a noite de Natal com os trabalhadores em laboração na «Soda Póvoa», tendo antes visitado a Siderurgia Nacional, mantendo assim uma tradição iniciada logo no primeiro ano do seu mandato.

26

Sexta-feira

1974 — Cumprimento por parte do Partido Comunista Português das formalidades legais exigidas à legalização dos partidos políticos.



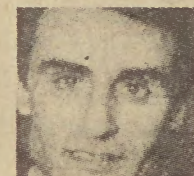
As festas dão também a morte

Entre o meio-dia de terça-feira e as 16 horas de hoje a Brigada de Trânsito da GNR registou 246 acidentes de viação, de que resultaram 19 mortos e 247 feridos, 144 dos quais em estado grave; segundo a GNR, o número de mortos que se verificou até agora é igual ao de toda a «Operação Natal» do ano passado. ■ Os reis de Espanha regressam a Madrid, após uma visita particular de quatro dias ao nosso país. ■ É divulgada uma moção aprovada por unanimidade pelos trabalhadores assalariados locais do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) no estrangeiro, onde estes se afirmam na disposição de desencadear as acções sindicais julgadas oportunas para obter a satisfação das suas reivindicações, nomeadamente o estatuto profissional. ■ Os representantes sindicais dos trabalhadores da Torralta afirmam em conferência de imprensa que estes paralisarão por um período de 48 horas no fim do ano caso a administração da empresa não dê satisfação, ao caderno reivindicativo apresentado. ■ Inicia-se em Coimbra a 4.ª Assembleia Nacional da Juventude Operária Católica (JOC). ■ Segundo a ANOP, a programação da RDP-2 vai passar a ser transmitida apenas em FM a partir do próximo dia 1 de Janeiro, para deixar livres dois emissores de onda média que serão utilizados pela Rádio Comercial; esta decisão confirma a política de extinção de canais na empresa pública de radiodifusão, o que poderá levar à criação, em 15 de Maio, de uma «grelha única» para as actuais emissões de FM.

27

Sábado

1703 — É assinado o Tratado de Methwen entre Portugal e a Inglaterra.



Não deu «cavaco»

Em carta enviada em nome do Governo, Freitas do Amaral «solicita» a Proença de Carvalho que se mantenha na presidência do Conselho de Administração da RTP, cargo de que o ex-ministro «da Propaganda» de Mota Pinto havia pedido a demissão no passado dia 15. ■ O Conselho de Gerência da Rodoviária Nacional manifesta a disposição de «por os cargos à disposição do Governo», na sequência da recusa por parte do Conselho Geral desta empresa pública do seu Plano de Actividades para 1981; a Comissão Central de Trabalhadores (CCT) da RN considera que esta posição não deve alterar o funcionamento normal da empresa e salienta que não se poderia passar um cheque em branco ao Conselho de Gerência da empresa. ■ Segundo a Brigada de Trânsito da GNR aumenta para 21 mortos e 284 feridos, 166 dos quais em estado grave, o balanço dos 283 acidentes de viação já ocorridos nesta quadra natalícia nas estradas do País. ■ O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa qualifica de incúria inadmissível o facto de muitos milhares de docentes e pessoal não docente das Escolas não haverem ainda recebido os vencimentos de Dezembro e do 13.º mês; apesar dos aspectos escandalosos que caracterizam a situação, nem o Ministério da Educação nem o das Finanças tomaram até agora qualquer explicação para o facto, sendo ainda de relevar que os atrasos nos pagamentos não se devem a empenhos burocráticos mas a uma indicação expressa dimanada em princípios de Dezembro do gabinete do ministro Cavaco e Silva (Finanças) para a sua Direcção Geral de Contabilidade Pública, desconhecendo-se o «porquê», desta indicação. ■ O primeiro-ministro indigitado, Pinto Balsemão, diz que o secretário de Estado da Comunicação Social do seu governo poderá ser considerado «o presidente da comissão liquidatária da comunicação social estatizada», afirmando-se disposto a «dar todo o apoio» a Proença de Carvalho para continuar à frente da RTP.

28

Domingo

1895 — É preso e deportado para os Açores o chefe vátua Gungunhana, que após uma tenaz resistência às pretensões coloniais de Portugal na África Oriental.

Reúnem-se em conjunto a Comissão Directiva e o Secretariado Nacional do Partido Socialista, constando da ordem de trabalhos a discussão e votação do regulamento interno da Comissão Directiva, informações sobre a actividade parlamentar e a preparação da reunião da Comissão Nacional. ■ O navio «Cabinda», de seis mil toneladas e 120 metros de comprimento, propriedade da Companhia Nacional de Navegação, afunda-se à entrada do porto de Casablanca, em Marrocos, tendo desaparecido nove tripulantes, entre os quais um estagiário angolano, salvando-se vinte e duas pessoas nasjangadas do velho cargueiro; o naufrágio ocorreu quando o «Cabinda» aguardava a chegada de um piloto para entrar na barra de Casablanca, quando uma vaga mais forte o atirou contra as rochas do molhe do porto, onde se partiu em dois. ■ A Agência Internacional de Vinhos anuncia em Genebra que Portugal foi o nono produtor mundial de vinho em 1979.

29

Segunda-feira

1946 — Morre o médico, cientista e escritor Abel Salazar.



Em visita polémica

Cerca de meia centena de empresas dos Açores requerem ao Governo Regional a isenção do novo salário mínimo nacional de nove mil escudos. ■ O até há pouco auto-suspenso secretário-geral do PS, Mário Soares, inicia uma visita de dois dias ao Porto e Matosinhos com um «programa» que tem gerado polémica entre os socialistas. ■ A Federação dos Sindicatos do Mar, o Sindicato Livre dos Pescadores e o Sindicato dos Trabalhadores de Terra da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca protestam contra a tentativa de venda, pela comissão de gestão da SNAPA (Sociedade Nacional de Armadores de Pesca de Arrasto) de três arrastões daquela empresa nacionalizada.



A caminho de 1981 com o PCP

Estamos a poucas horas de um novo ano.

Logo, à meia-noite, nasce 1981. Como sempre, os comunistas entram num novo ano com entusiasmo combativo, com firmeza e alegria, com a certeza de que é com empenho que se concretizam novas tarefas e que se ultrapassam novas dificuldades e obstáculos na luta pela consolidação da democracia, da liberdade, do Portugal de Abril.

É neste espírito, em que a fraternidade e o convívio aberto marcam presença destacada, que os comunistas e muitos outros portugueses democratas vão estar juntos logo à noite, nas iniciativas promovidas por diversas organizações do Partido destinadas a assinalar a passagem de ano.

Será assim um pouco por todo o País. Em Centros de Trabalho do Partido, em pavilhões, em colectividades, em salões públicos, grandes festas de unidade e convívio vão proporcionar a milhares de camaradas e amigos, com as suas famílias, momentos de alegria e confiança a caminho de 1981.

Uma lista completa dessas festas seria quase impossível aqui reunir. No entanto, a título de exemplo, aqui ficam algumas:

● Amadora

Bares, bancas, música gravada, participação artística de Samuel e do conjunto «Abril, Abril», além de um grande bailarico até de madrugada animado pelo grupo «Orange» são alguns dos atractivos da festa de fim de ano organizada pela Comissão Concelhia do Partido e pela Juventude Comunista da Amadora. A iniciativa, que tem número de entradas limitado, realiza-se no pavilhão da Académica da Amadora.

● Coimbra

O pavilhão da Palmeira vai certamente fervilhar de entusiasmo logo à noite, a partir das 22 horas. O baile será animado pelo conjunto «Consciência». Haverá um completo serviço de bar, música variada e algumas surpresas. Entrada: 120\$00. Reserva de mesa: 350\$00.

● Cova da Piedade

O fim de ano na Cova da Piedade tem ponto de encontro marcado no pavilhão da Romeira. Baile, canto livre, fados, poesia, entre várias surpresas, compõem o programa da iniciativa, que pertence à Comissão de Fundos da Romeira do PCP e à Juventude Comunista Portuguesa (JCP). A festa, que se iniciará às 21 horas, integra-se na campanha de recolha de fundos **Almada, uma Casa do Partido**.

● Lisboa

Na capital temos duas grandes festas populares de fim de ano: no pavilhão gimnodesportivo da Tapadinha e no Instituto Superior Técnico (IST). Vamos aos pormenores: um «show» de uma hora de Carlos do Carmo, baile até às 5 da manhã com o conjunto «Psicose», o sorteio da iniciativa do PCP para a recente campanha eleitoral, tómbola, bares e bancas a funcionar até ao fim asseguram desde já um excelente programa no pavilhão do Atlético Clube de Portugal, na Tapadinha, zona servida por vários transportes. Os bilhetes de ingresso custam 150\$00 e podem adquirir-se logo à noite no local ou à tarde nos Centros de Trabalho do PCP na cidade de Lisboa. A festa é organizada

pelo Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP e Juventude Comunista.

Festa, alegria e convívio é também o lema da iniciativa promovida pela organização da 4.ª Zona do Comité Local de Lisboa, a realizar a partir das 22 horas no Instituto Superior Técnico.

● Oeiras

No Centro de Trabalho do Partido em S. Amaro de Oeiras, com início às 20 horas, haverá uma animada festa-convívio com boa música e serviço de bar. A Comissão de Freguesia de Oeiras, que promove a iniciativa, convida todos os militantes e simpatizantes do PCP para esta festa.

● Porto

José Viana e Dora Leal (não necessitam apresentações, pois não?...) serão os grandes animadores da festa que logo à noite vai encher de entusiasmo e côr o pavilhão do Académico, na cidade do Porto. O baile terá música do conjunto «Anastasynes». Não faltará um completo serviço de «comes-e-bébes». Preço: 170\$00. A festa começa às 22 horas.

● Santarém

Do distrito de Santarém chega-nos a notícia de festas de fim de ano no Entroncamento, Torres Novas, Vale de Cavalos, Alpiarça, Couço, Malhada Alta, Volta do Vale, Samora Correia, Salvaterra de Magos e na cidade de Santarém. Os programas destas festas incluem baile, música, bares e bancas.

● Setúbal

Por iniciativa da Comissão Concelhia do PCP, os setubalenses vão bater o seu pézinho de dança até de madrugada numa festa que se inicia às 21 horas, na ex-fábrica Euron, na estrada da Rasca (mesmo à saída da Avenida Luisa Tody). Além da actuação de artistas populares e de um grande bailarico com música do conjunto «Diagrama», haverá diversas surpresas, bar e bancas. «Não faltes! Trás a família e os amigos» — é a palavra de ordem que corre na cidade do Sado.

Avante!



CAMPANHA NATAL 80

... no distrito do Porto

Prossegue até ao próximo dia 10 de Janeiro no distrito do Porto a campanha Natal-80, que tem como principal objectivo reforçar as condições de trabalho do Partido naquela região. Contribuições financeiras especiais, em particular na base do 13.º mês, contactos com democratas não ligados ao partido, sorteios, recolha de ofertas de carácter diverso são algumas das iniciativas que integram a campanha Natal-80. Como salienta o boletim n.º 2 da Comissão Coordenadora da campanha, referindo-se à tarefa de recolha de fundos, «as organizações têm as suas metas e é necessário que avancem rapidamente na sua

concretização não considerando o cumprimento das metas como uma tarefa de última hora. A este respeito damos conta de uma experiência levada a cabo pelo Comité dos Grandes Serviços: alguns camaradas com maiores disponibilidades concederam à organização, por sua iniciativa, adiantamentos por forma a atingir-se mais rapidamente a meta. A organização irá depois cobrindo esses empréstimos com os fundos recolhidos. Trata-se de uma experiência que revela elevada compreensão pelos objectivos da campanha e pela importância de serem alcançados com rapidez».



Camaradas de Leiria

No próximo dia 17 de Janeiro, já em 1981, realiza-se no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, uma importante reunião destinada aos camaradas naturais dos seguintes concelhos da zona norte do distrito de Leiria residentes na área da Grande

Lisboa: Pedrógão Grande, Ansião, Alvalazere e Figueiró.

O encontro, que tem início marcado para as 15 horas, debaterá, entre outros assuntos, os problemas e realizações daqueles concelhos.

Pioneiros da Brandoa festejaram o Natal

Tal como nos anos anteriores, o Natal foi uma Festa para as crianças da Brandoa. Por iniciativa dos Pioneiros, no passado dia 20, o Pavilhão polivalente animou-se com esta Festa de Natal dedicada a todas as crianças da freguesia. De manhã houve música e canções, com a participação de Helena Isabel e de Nuno Gomes dos Santos. À tarde actuaram corais de Pioneiros, o Rancho Folclórico Infantil da Brandoa e artistas

cantadores de Fado. À noite houve cinema, com desenhos animados, polacos e dinamarquês, terminando a Festa com distribuição de balões.

Antes do início do programa da tarde foram distribuídos os prémios por todos os participantes no concurso de desenho e pintura «Cantões Visto pelas Crianças», cujos trabalhos estiveram em exposição no próprio salão da Festa.

Na Madeira

«Manobras comunistas»

propostas pelo PSD...

Uma moção de confiança apresentada pelo Governo Regional da Madeira e o Programa do referido Governo para os próximos quatro anos estiveram em discussão na Assembleia Regional.

O debate, que começou no dia 3 de Dezembro e prosseguiria no dia seguinte, veio, no entanto, a ser interrompido, devido à morte do ex-primeiro ministro Sá Carneiro, continuando no dia 17 do mesmo mês.

Nesta Assembleia Regional, o PCP, pela primeira vez, encontrase representado por um deputado, Mário de Aguiar. Existe assim a possibilidade do PCP intervir nos assuntos que directamente dizem respeito ao povo madeirense.

Simplemente, das cerca de 100 perguntas feitas ao Governo Regional pelo deputado comunista a maioria ficou sem resposta. Como se esperava, aliás, de um Governo que não serve o povo.

A moção de confiança foi aprovada com os 31 votos do PPD, registando-se uma abstenção (do CDS) e 7 votos contra (1 do PCP, 2 da UDP e 4 do PS).

A intervenção final de Mário de Aguiar, onde se fundamenta a frontal recusa em votar a favor da moção de confiança apresentada pelo Governo Regional, aborda questões importantes na defesa dos interesses do povo da Madeira.

Uma via rápida muito atrasada

O deputado comunista focou alguns dos aspectos a que o Governo Regional não soube (ou não pôde) dar resposta:

Foi altamente esclarecedor salientar — ouvir o sr. secretário Regional do Equipamento Social explicar que, ao fim e ao cabo, a via rápida Câmara de Lobos-Ribeira Brava era ainda uma perspectiva muito remota, não existindo qualquer dado que permitisse aferir da sua viabilidade. Antes pelo contrário, como o sr. secretário referiu, a ignorância total sobre a composição geológica das rochas a atravessar, sobre custos ou interesse económico tornam tal via rápida apenas uma vaga hipótese.

E mais adiante: Também foi útil ouvir o sr. secretário Regional do Trabalho afirmar que, para um sector tão importante e totalmente carecido de protecção como são os pescadores, nada havia previsto na acção desta Secretaria.

A extinção da colónia

Sobre este assunto diria o deputado comunista:

Este Governo foi incapaz de fornecer à Assembleia Regional números exactos sobre quantas escrituras de remição de terras estavam efectuadas.

No entanto, o sr. secretário Regional da Agricultura e Pescas afirmou que apenas existiam 6,6 por cento de explorações em regime de colónia. Por seu turno, o sr. deputado Egídio Pita afirmou que estavam resolvidos metade de que até à data teriam sido remidas 800 parcelas de colónia.

Em 16 de Julho de 1980, ou seja, sete meses e meio depois, o sr. secretário Regional da Coordenação Económica, ao discursar na cerimónia de atribuição dos primeiros empréstimos a caseiros afirmou que nessa data o número de escrituras efectuadas chegava a mil.

As contas são fáceis de fazer: Até ao fim de 1979, 800 remições, nos seis meses seguintes mais duzentas. É fácil de calcular que, ao mesmo ritmo, e este não se alterou, o número actual, seis meses depois, não terá atingido as 1500 escrituras.

Orá, nas 8200 explorações que existiam, ou seja, os tais 34,6 por cento do total de explorações agrícolas da ilha sujeitas à colónia, de que falou o sr. secretário, e tendo em conta que muitas explorações têm várias parcelas e mais do que um senbório, o que exigirá mais de uma escritura em cada exploração este número é verdadeiramente insignificante.

Para se ter uma ideia da seriedade com que o Programa foi elaborado, basta recordar, como o fez o deputado comunista, que o Presidente da Comissão da Agricultura e Pescas, o deputado Egídio Pita, ao sair em defesa do Governo nesta matéria, foi incapaz de explicar o contido no Programa e, espantosamente manifestou-se contra várias medidas previstas neste, nomeadamente o emparcelamento, que no seu entender não eram mais que tenebrosas manobras comunistas...

ÁLVARO CUNHAL RESPONDE A 43 PERGUNTAS

● A experiência mostra que uma viragem para uma alternativa democrática, só será possível

O Natal e o Ano Novo passam na altura precisa da formação de um novo governo «AD». Alguns camaradas afirmam que por isso 1980 termina e 1981 começa com uma nova vitória das forças reacçãoárias.

Não é assim que se pode interpretar o significado do momento político que vivemos. A «AD» está de facto a constituir governo. Mas o que caracteriza o fim do ano na vida política portuguesa é a derrota estrondosa, através das eleições presidenciais, do plano subversivo da «AD» para a liquidação do regime democrático.

Um plano subversivo envolve numerosas actuações. Como puderam as eleições presidenciais só por si representar a liquidação do plano subversivo da AD?

Como o PCP admitiu a seu tempo, o plano subversivo foi preparado com extremo cuidado,

Ao nível das instituições e dos órgãos de soberania, a batalha decisiva veio a travar-se quase na última linha de defesa do regime democrático. Nessa batalha a reacção foi derrotada e, com essa derrota, foi derrotado o plano subversivo 1980.

programado nas suas diversas fases e posto em execução a partir do governo e da maioria «AD» na Assembleia da República.

Ao longo de 1980 desenvolveu-se a ofensiva brutal e subversiva da «AD» que devia culminar na eleição de um Presidente da República «AD», na revisão inconstitucional da Constituição e na liquidação do regime democrático. Liderada por Sá Carneiro/Freitas do Amaral, a reacção conquistou posições atrás de posições. Obrigou o movimento operário e popular e as forças democráticas a recuarem. Tomou conta do governo, da maioria da Assembleia da República, da Comunicação Social e de grande parte do aparelho do Estado. Violando grosseiramente a legalidade e as normas democráticas do processo eleitoral, a «AD» conseguiu confirmar a sua maioria e o seu governo nas eleições de 5 de Outubro. O plano subversivo aproximava-se da sua fase final.

É certo que o plano subversivo encontrou pela frente mais dificuldades do que Sá Carneiro/Freitas do Amaral esperavam. Encontrou pela frente a nova realidade portuguesa criada pela Revolução. Encontrou a resistência firme dos trabalhadores e das massas populares. Encontrou pelo movimento de funcionamento das instituições, dos órgãos de soberania (Presidência da República, Conselho da Revolução, Tribunais) que, embora com hesitações e limitações, dificultaram o andamento do plano reacçãoário. Mas a reacção foi avançando sempre. As eleições para a Presidência da República adquiriram um carácter determinante. A «AD» jogou tudo por tudo. A vitória de Soares Carneiro seria a prática conquista da totalidade do Poder pela «AD» e em tal caso estaria extremamente simplificada a revisão inconstitucional da Constituição e a legalidade democrática.

Quer isso dizer que a batalha se travou já no extremo limite das possibilidades de resistência da democracia?

As forças democráticas tinham cedido posição atrás de posição, recuando cada vez mais. Ao nível das instituições e dos órgãos de soberania, a batalha decisiva veio a travar-se quase na última linha de defesa do regime democrático. Nessa batalha a reacção foi derrotada e, com essa derrota, foi derrotado o plano subversivo 1980. Há muitas formas de lutar. O voto é também uma forma de lutar. Em 7 de Dezembro, na sequência de poderoso movimento de massas o Povo português, com o seu voto salvou o regime democrático.

É de atribuir assim tanta importância às eleições presidenciais de 7 de Dezembro?

Sim. Sempre afirmámos que a eleição eventual do candidato da «AD», general Soares Carneiro, seria um perigo iminente para a democracia portuguesa. Sobre tudo depois das eleições de 5 de Outubro, a tarefa fundamental que se colocou às forças democráticas era derrotar o candidato da reacção, general Soares Carneiro. O PCP subordinou a esse objectivo central e prioritário toda a sua actuação nas eleições presidenciais.

Se o candidato da «AD» tivesse ganho as eleições, estaríamos hoje assistindo a uma vaga brutal e desenfreada de perseguições, de medidas limitativas das liberdades, de acções repressivas. Já teria corrido sangue. Já o nosso povo teria chorado muitas lágrimas. Estaríamos vivendo num ambiente de guerra civil lançado por fascistas e reacçãoários de todos os matizes, desaforados pela vitória nas presidenciais.

A derrota de Soares Carneiro e a eleição de Eanes foi a derrota do plano da «AD», foi a salvação do regime democrático. O dia 7 de Dezembro constitui um marco importante na história da Revolução portuguesa.

Mário Soares e Otelo Saraiva de Carvalho não viam com cores tão negras a eleição do general Soares Carneiro. Não será demasiado apocalíptico o quadro que acaba de ser traçado?

Mário Soares e Otelo S. Carvalho definiram o general Eanes como o inimigo principal e fizeram tudo o que estava ao seu alcance para a derrota de Eanes e para que consequentemente tivesse lugar a eleição do general Soares Carneiro.

A responsabilidade da atitude de Mário Soares

fica evidenciada no facto de que, se o PS, que Mário Soares quis arrastar, tivesse seguido em bloco a atitude do seu secretário-geral, é muito provável que o candidato da reacção, general Soares Carneiro, tivesse sido eleito e estivéssemos já lutando dificilmente nos primórdios duma nova ditadura.

A derrota de Soares Carneiro e a eleição de Eanes constituíram uma derrota política de profundo alcance de Mário Soares e de Otelo que ficaram completamente à margem da grande corrente da opinião democrática existente em Portugal. Não parece infelizmente que um e outro estejam tirando as lições do ocorrido.

A derrota do general Soares Carneiro representará uma viragem na vida política portuguesa?

Não uma viragem na política do governo. Mas certamente uma viragem nas condições concretas, nas possibilidades de luta e nas perspectivas no

futuro próximo imediato. Representa de facto uma viragem no sentido da tendência da evolução da vida política nacional. A eleição de Soares Carneiro seria o caminho aberto para a instauração de uma nova ditadura. A derrota de Soares Carneiro e a eleição de Eanes é o caminho aberto para a consolidação da democracia.

Será de esperar que o novo governo se venha a distinguir nitidamente do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral?

Diferenças sem dúvida haverá. Assim, por exemplo, o novo governo procurará de momento evitar a chamada «guerrilha» contra o Presidente da República reeleito. Mas não se deve esquecer que os partidos que constituem o governo são os representantes do grande capital (associado ao imperialismo) e dos latifundiários. Haverá certamente mudanças nos métodos. Os objectivos fundamentais persistirão os mesmos. Haverá certamente, pelo menos nos tempos mais próximos, uma tática diferente. Os objectivos estratégicos continuarão inalteráveis.

Toda a gente afirma que Pinto Balsemão é muito diferente de Sá Carneiro. Não dará garantias de uma política democrática do novo governo?

Sem dúvida que na «AD» existem tendências diferentes e pessoas diferentes. Balsemão não é igual a Sá Carneiro. Seria entretanto uma pura tolice concluir que no PSD, Sá Carneiro era o único verdadeiro reacçãoário e golpista e que, desaparecido Sá Carneiro, os que ficam são bons democratas. Sá Carneiro era de facto o inspirador do plano subversivo, o chefe da conspiração antidemocrática. Para a reacção a substituição de Sá Carneiro não é fácil. Mas Balsemão não caiu agora do céu, inocente e puro, com a alma limpa e descomprometida do plano subversivo da «AD». Balsemão era o ministro-adjunto de Sá Carneiro. Era co-responsável na política e na acção do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral. Era um dos dirigentes da «AD».

Além disso, não se vislumbra ainda quais serão as diferenças de fundo entre os aspectos programáticos fundamentais da política da «AD» e os do futuro governo Balsemão. Através do elogio de Balsemão pretende-se agora fazer esquecer os verdadeiros objectivos e a verdadeira política da «AD». Com o branqueamento de Balsemão é, no fim de contas, o branqueamento da «AD» que se pretende realizar para que a «AD» e a sua política subversiva possam continuar depois de 7 de Dezembro.

Não será excessiva essa opinião? Não há já numerosos indícios de que o governo Balsemão será mais aberto e dialogante?

O que obrigará o novo governo «AD» a um aspecto mais dialogante (e sem dúvida ele vai ser obrigado a isso) não é qualquer orientação democrática mas o peso da estrondosa derrota nas eleições presidenciais. Por detrás do verniz liberalizante persistirá o projecto contra-revolucionário da «AD».

E na composição do governo? Não haverá alterações que permitam prever alterações de programa e de estilo?

O desparacimento de Sá Carneiro introduzirá inevitavelmente uma mudança de estilo. Mas quanto aos membros do governo, que se pode dizer? As pastas ministeriais são distribuídas entre o PPD, CDS e PPM como quem distribui numa quadilha o produto dum roubo. O reacçãoarismo, a incompetência e o compadrio aparecem com nitidez. E, se há que dar um exemplo de continuidade, não é com Eurico de Melo na Administração Interna se se confirmar a sua designação que há a esperar uma modificação nos métodos brutais e repressivos.

Na Comunicação Social foram anunciadas logo depois das eleições alterações de fundo. Serão de esperar tais alterações?

O director fascizante da RTP Proença de Carvalho, pediu a demissão logo após a vitória de Eanes.

Mas parece que lá continua. E não basta só que esse provocador profissional da informação seja posto na rua. É necessário pôr fim à monopolização pela «AD» dos meios de Comunicação Social estatizados e à presente intoxicação e manipulação da opinião pública que através deles a reacção leva a cabo.

Os jornais acabam de noticiar que Balsemão intitulará o novo secretário de Estado como «Presidente da Comissão Liquidatária da Comunicação Social estatizada». É o anúncio cínico da privatização. Aqui está o que poderá fazer um jornalista «AD» tomado Primeiro-Ministro.

Ainda sobre a composição do novo governo. Como interpretar o facto de Freitas do Amaral não figurar nele?

O facto de Freitas do Amaral não figurar no novo governo é o resultado da tremenda derrota sofrida pela «AD» nas eleições presidenciais. Freitas do Amaral estava identificado com Sá Carneiro na estratégia golpista, no plano subversivo de liquidação do regime democrático. Tal como Sá Carneiro, Freitas do Amaral via na eleição do general Soares Carneiro e na derrota de Eanes um elemento essencial desse plano. Jogou tudo por tudo nas presidenciais. Confiante na vitória, a sua insolência não teve limites. A derrota do dia 7 de Dezembro é a derrota da estratégia Sá Carneiro/Freitas do Amaral. Freitas do Amaral (tal como Sá Carneiro se fosse vivo) saiu das eleições ainda mais derrotado do que Soares Carneiro.

A «AD» teve rapidamente que pôr de lado, pelo menos de momento e publicamente, o seu plano subversivo. Teve que encontrar formas de convivência com o Presidente eleito que combateu ferozmente durante mais de um ano e particularmente no período eleitoral. Freitas do Amaral era o menos indicado para o efeito. Freitas do Amaral teve dificuldade em compreender todo o significado da derrota sofrida pela «AD» em 7 de Dezembro.

Na campanha pré-eleitoral e eleitoral afirmou repetidas vezes que não faria parte do governo, se Eanes fosse eleito. No dia seguinte às eleições, esperando em suceder a Sá Carneiro, já afirmava poder rever essa sua decisão. Depois, à saída de Belém, furibundo e descontrolado, deu o espectáculo cómico de falar em termos de ultimato contra o Presidente da República como se ele, Freitas do Amaral, tivesse sido o grande vencedor e Eanes o vencido das eleições presidenciais. Freitas do Amaral terá que fazer uma cuidadosa reciclagem para se adaptar à vida política post-7 de Dezembro.

Por tudo quanto acaba de ser dito parece poder concluir-se que a política do novo governo será em tudo idêntica à do governo anterior. Será assim?

Não, não será assim, porque a derrota de Soares Carneiro nas eleições presidenciais foi uma grande derrota do Governo «AD» e da sua política. Votando

No quadro político actual, no movimento de massas e na atitude do eleitorado que reelegeu Ramalho Eanes encontra-se a possibilidade, não só de uma base social e política, como de um vasto movimento unitário para a defesa e construção da sociedade portuguesa.

Certos órgãos de informação dizem que o PCP, com tais afirmações visa desestabilizar a situação...

As eleições presidenciais são diferentes das legislativas. Intervêm nela numerosos outros factores, incluindo a personalidade dos candidatos. Nas eleições de 7 de Dezembro pesou também a personalidade do general Soares Carneiro, e particularmente as suas responsabilidades no campo de S. Nicolau.

Sem dúvida. Mas porque escolheu a «AD» precisamente o general Soares Carneiro, uma personalidade ligada ao fascismo e ao colonialismo e hostil desde sempre ao 25 de Abril? Escolheu-o porque contava com a vitória nas eleições manipuladas pelo Governo e com o golpe que podia vir a ser desencadeado por uma direita militar que desde 25 de Abril não tem feito outra coisa senão conspirar. O general Soares Carneiro era a exibição arrogante do plano subversivo da «AD». E tão exibição e tão arrogante que acabou por comprometer o disfarce «democrático» com que a «AD» procurava ainda cobrir-se antes das eleições legislativas de 5 de Outubro.

A seu tempo dissemos que Soares Carneiro era um pedregulho atado aos pés da «AD». O general, confiante, veio dizer que não («DN», 21.XI.80) que não era pedregulho nenhum. Não o foi nas eleições legislativas. Mas acabou por sê-lo nas eleições presidenciais. Pedregulho tão pesado que arrastou literalmente a «AD» para o fundo.

Apesar disso não foi a pessoa Soares Carneiro que provocou a derrota. Foi o facto dessa pessoa ser a personificação, a afirmação, a revelação, a expressão da verdadeira fisionomia e dos verdadeiros objectivos da Aliança reacçãoária. O povo compreendeu e deu a resposta devida através do voto.

Significa isso que quem foi derrotado nas eleições presidenciais não foi tanto o general Soares Carneiro como a «AD»?

Exactamente. O grande derrotado nas eleições presidenciais não foi Soares Carneiro mas a «AD». Soares Carneiro era o candidato da «AD». A propaganda da «AD» proclamava «uma maioria, um

governo, um presidente». Nas colagens de cartaz apareciam alternados um com o retrato de Soares Carneiro, outro com a afirmação do voto «AD». Soares Carneiro e Freitas do Amaral explicitaram e insistente afirmaram que, no caso da derrota de Soares Carneiro, eles se demitiriam. Foi a própria «AD» que deu à votação nas eleições presidenciais o significado de um voto com a «AD» ou contra a «AD», com o Governo ou contra o Governo. Derrotando Soares Carneiro, o Povo português votou contra a «AD», contra a sua maioria e contra o seu Governo.

Quer dizer que a derrota de Soares Carneiro foi a derrota, não apenas do plano subversivo da «AD», mas do seu programa de governo? Significa que o Povo português, no dia 7 de Dezembro, votou com o 25 de Abril e com as suas conquistas?

Sim. A «AD» quis fazer das eleições presidenciais como que um referendo acerca dos grandes problemas económicos, sociais e políticos do País e acerca das soluções para eles.

A «AD» proclamou aos quatro ventos através dos meios de Comunicação Social (de que assegurou o monopólio) que eleger Soares Carneiro significava destruir Portugal de Abril, as conquistas da Revolução, a Constituição da República, e eleger Ramalho Eanes significava o reforço da defesa institucional dessas conquistas, de Portugal de Abril, do regime democrático. Votando contra Soares Carneiro e por Eanes, segundo os termos da própria reacção, o Povo português votou pela defesa das conquistas da Revolução contra as tentativas da «AD» para liquidá-las, votou por Portugal de Abril e pelo regime democrático consagrado na Constituição que o candidato Ramalho Eanes se propôs defender.

Isso corresponde à afirmação que as eleições de 7 de Dezembro tem significado político contrário às de 5 de Outubro. Poderá afirmar-se que as eleições presidenciais rectificam as eleições legislativas?

De certa forma, rectificaram. Não fomos nós que ligámos indissolivelmente as eleições presidenciais às legislativas. Foi a própria «AD» que o fez. A candidatura do general Soares Carneiro era a candidatura não apenas de um general, mas da «AD», do seu Governo e da sua maioria na Assembleia da República. Na campanha para as presidenciais, a «AD», ébria pela vitória nas legislativas, revelou a sua verdadeira cara. Apesar da manipulação dos meios de Comunicação Social o Povo português compreendeu o que estava em jogo e deu a resposta. A maioria «AD» na Assembleia da República e o Governo «AD» foram postos directamente em causa nas eleições de 7 de Dezembro.

Conhecemos tais comentários e insinuações. Mas em 1976, depois das eleições legislativas de que resultou uma maioria de deputados do PS e do PCP, disseram que a maioria da Assembleia tinha sido corrigida pela nova «maioria presidencial». E agora, em 1980, antes das eleições para a Assembleia da República, admitindo uma derrota da «AD», como encaravam as eleições presidenciais? Como todos nos lembramos, encaravam as presidenciais como podendo rectificar o resultado das legislativas. O próprio candidato da «AD», general Soares Carneiro, declarou com todas as letras que, no caso de no dia 5 de Outubro ser eleita uma maioria de esquerda para a Assembleia da República, ele, candidato da «AD», se fosse eleito Presidente da República em 7 de Dezembro, logo dissolveria a Assembleia da República. Seria a «rectificação» levada ao seu extremo limite.

Aqueles que em caso da derrota em 5 de Outubro projectavam rectificar o resultado eleitoral através da dissolução da Assembleia da República por um Presidente da República que conseguissem eleger, não podem contestar que se diga que a derrota de um candidato à Presidência identificado com a «AD», com a maioria, com o Governo «AD» e a eleição de um Presidente ferozmente combatido pela «AD», são na sua expressão política, uma rectificação das eleições de 5 de Outubro.

Considera então o PCP que a Assembleia da República deve ser dissolvida e devem ser convocadas eleições intercalares?

De momento não defendemos uma tal solução porque não estão criadas condições para ela. Mas da rectificação do resultado das eleições do dia 5 de Outubro pelo resultado das eleições de 7 de Dezembro duas consequências devem ser respeitadas:

a primeira: não pode nem deve ser institucionalmente tolerada ao novo governo a actuação inconstitucional, ilegal e subversiva que caracterizou o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral. Se o governo Balsemão seguir uma tal política, a nosso ver deve ser imediatamente exonerado;

a segunda: a grande lição e o grande significado das eleições de 7 de Dezembro devem ser objectiva-

NÓS DO «AVANTE!» democrática, possível com o PCP

mente tidos em conta tanto na Assembleia da República (particularmente pela sua maioria) como pelo governo. É o mínimo que se pode exigir.

O dr. Mário Soares diz que o PS será oposição nos próximos 4 anos. Como considerar esta afirmação? Irá a «AD» governar até 1984?

Quatro anos de governo «AD» seria a destruição do Portugal de Abril. A «AD» no governo significaria, a curto prazo, novas tentativas de desestabilização, novos planos subversivos. A ideia do dr. Mário Soares é uma ideia imobilista, conformista e derrotista. Não serve ao nosso povo, nem às forças democráticas, nem às instituições, nem ao regime.

A derrota de Soares Carneiro e a eleição de Eanes é o caminho aberto para a consolidação da democracia.

Nós partimos de uma apreciação e de uma atitude mais optimista: é possível uma viragem democrática antes que decorram 4 anos.

Não sendo dissolvida a Assembleia da República, por que outras formas pode ser substituído o governo «AD», se a «AD» tem a maioria? Como habitualmente, haverá quem venha dizer que o PCP encara soluções não expressamente consideradas na Constituição...

Decerto que não. O PCP defende que todos os problemas políticos portugueses devem e podem ser resolvidos no quadro constitucional. Não defendemos, neste momento, a dissolução da Assembleia e a realização de novas eleições, mas essa saída pode vir a impor-se num dos anos próximos. Além disso, o governo «AD» tem actualmente maioria na Assembleia da República, mas pode perdê-la. Finalmente, a experiência já mostrou que, em determinadas circunstâncias, é possível a formação de governos sem que tenham obrigatoriamente um apoio explícito maioritário na Assembleia da República. Há pois várias possibilidades para que o governo «AD» não dure 4 anos.

Quando é dito que na actual Assembleia da República o governo pode perder a maioria, isso traduz que deputados da maioria a podem abandonar? Ou que o PPD e o CDS poderão separar-se e entrar em conflito?

Uma coisa e outra e mais algumas.

O «bloco central»?

Aquilo que se designa por «bloco central» (uma maioria do PS com o PSD ou do PS com a «AD» ou parte da «AD») não seria uma solução democrática mas uma saída para as forças reacçãoárias após a derrota do seu plano subversivo e num momento em que se criam condições para afastá-las do Poder.

Não será preferível uma nova maioria PS-PSD à actual maioria PPD/CDS?

A maioria PPD-CDS é uma maioria surgida dos métodos antidemocráticos e da manipulação do processo eleitoral pelo governo «AD». É a representante dos interesses do grande capital (associado ao imperialismo) e dos latifundiários. Está condenada à derrota.

Uma nova aliança PS/PPD seria uma vez mais o PS a estender à direita a tábua de salvação no preciso momento em que a reacção perde uma batalha.

A alternativa à «AD» não é uma aliança com a «AD» ou com parte da «AD», mas uma aliança das forças democráticas.

Com o PCP?

Naturalmente com o PCP. As eleições presidenciais deram aliás uma nova demonstração de que a solução dos grandes problemas políticos portugueses só com o PCP pode ser alcançada. Deram uma nova demonstração de que o PCP é uma força necessária, indispensável e insubstituível na democracia portuguesa. Enquanto isso não for compreendido, continuarão por resolver, sucessivos governos sectários e incompetentes continuarão a suceder-se crises políticas e crises de governo, os problemas nacionais continuarão a obra de destruição do que se alcançou desde o 25 de Abril, e as tentativas de desestabilização e de golpe aparecerão com frequência. A experiência mostra que uma viragem democrática, uma alternativa democrática, só será possível com o PCP.

Não será certo que o resultado das eleições presidenciais conduziu a um certo desanuiamento nas relações entre as forças políticas mais diversas? Não dá esta situação lugar à possibilidade de uma reconciliação entre partidos como dizem alguns?

A democracia venceu, fala-se em «reconciliação». Se a reacção tivesse vencido, estaríamos vivendo um clima de perseguição aos democratas e de guerra civil lançado pelo Governo «AD».

Dentro desse espírito há quem defenda que se dê à «AD» uma pausa para resolver os seus problemas. A nosso ver, o necessário seria não dar nenhuma pausa à reacção e explorar em profundidade a vitória,

tal como faria a reacção se tivesse saído vencedora das eleições presidenciais. Dar uma pausa à reacção é dar-lhe a oportunidade de se recuperar da derrota, de reconsiderar, de reanimar, de manter as suas posições, de reelaborar os seus planos, de se preparar para nova ofensiva. A reacção mostra ser muito mais expedita e operativa quando consegue uma vitória. Uma das grandes fraquezas das forças democráticas é o seu defensismo. Há sectores democráticos que por medo do movimento operário e popular e pelo seu anticomunismo têm mais medo da derrota da reacção do que da sua vitória. A «AD» foi derrotada nas presidenciais? Abre-se a possibilidade de corrê-la do Poder? Certos sectores democráticos entram em pânico e partem em socorro dos vencidos. Mário Soares distingue-se neste particular pelas suas obsessões anticomuni-

stas e pela sua tendência para alianças e «reconciliações» com forças reacçãoárias.

A reconciliação necessária para a defesa e continuidade da democracia não é a reconciliação de democratas com reacçãoários, mas a reconciliação e o entendimento de todos os democratas, por cuja unidade há muito luta o PCP!

Dada a posição do PS não será uma ilusão considerar possível a unidade democrática?

As eleições presidenciais mostraram, não só as possibilidades de unidade (por acordo ou convergência), como a sua força inevitável quando em movimento. Na vitória do Presidente Eanes pesou decisivamente o eleitorado do PS e do PCP, sem esquecer o papel de numerosos democratas sem partido.

O Comité Central do Partido concluiu que as eleições presidenciais mostraram existir um vastíssimo e francamente maioritário campo social e político de oposição às forças reacçãoárias e de apoio potencial a uma política democrática. Lembremos que Ramalho Eanes foi eleito contra a «AD», contra os mais variados grupos e sectores da direita,

A «AD» teve rapidamente que pôr de lado, pelo menos de momento e publicamente, o seu plano subversivo.

contra o secretário-geral do PS e a parte do PS que o seguiu, contra os esquerdistas. E entretanto, a maioria foi esmagadora. Não falamos em «maioria presidencial». Mas, no quadro político actual, no movimento de massas e na atitude do eleitorado que reelegeu Ramalho Eanes encontrou-se a possibilidade, não só de uma base social e política, como de um vasto movimento unitário para a defesa e construção da sociedade democrática portuguesa.

Não poderá essa nova aliança do PS com a «AD» verificar-se para efeitos da revisão constitucional?

Esse é de facto um perigo. O necessário para que a revisão da Constituição tenha lugar nos termos legais e não afecte o regime democrático, não é o entendimento entre o PS e a «AD», mas o entendimento entre todos os democratas, designadamente entre o PS e o PCP.

O PCP pronuncia-se portanto contra o «acordo do regime» para efeitos de revisão constitucional?

É de recear que, para conseguir reentrar na área do Poder, Mário Soares possa fazer de alterações constitucionais moeda de troca em negociações com a «AD». Em tal caso não seria um «acordo do regime», mas um acordo contra o regime.

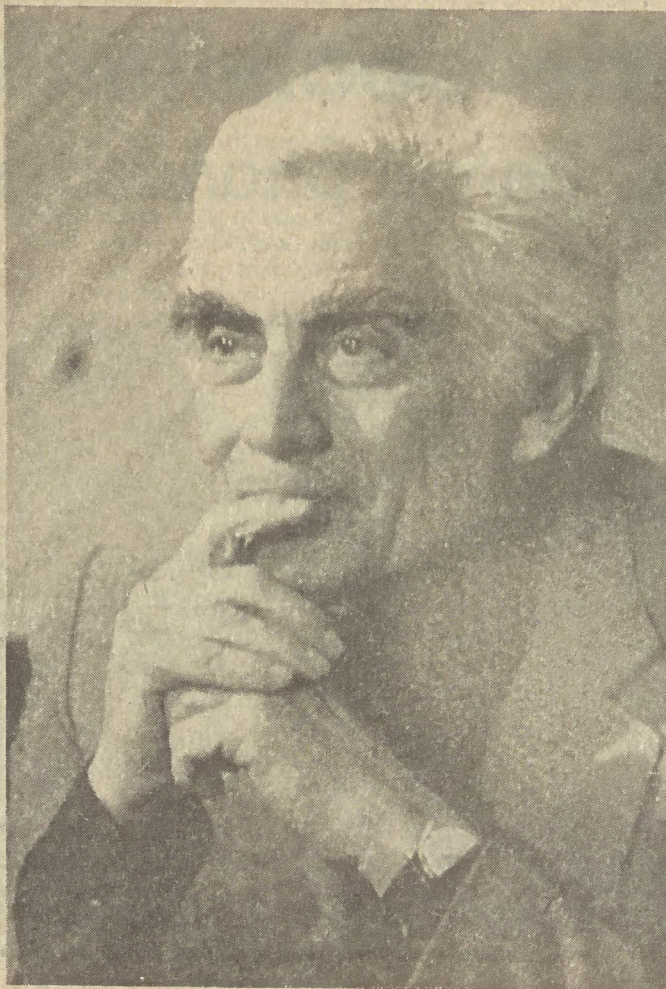
Entretanto, o PS e a «AD» têm uma maioria de dois terços, mas o PS e o PCP não a têm. Nesse caso qual a eficiência de um entendimento entre os democratas, designadamente do PS e do PCP, para efeito de revisão constitucional?

Qualquer alteração à Constituição precisa do voto de dois terços dos deputados. A «AD» não tem os dois terços. Está muito longe disso. Só com os seus próprios votos a «AD» não poderá rever uma só linha da Lei Fundamental do País. Não havendo dois terços para aprovar alterações, não haveria alterações. Isto é: se não houvesse dois terços para aprovar nenhuma alteração, a Constituição continuaria integralmente em vigor. Não viria disso mal ao mundo.

Bastaria pois que os partidos democráticos, designadamente o PS e o PCP, se entendessem para que nenhuma alteração antidemocrática à Constituição pudesse ter lugar. Na base de tal acordo, seria muito fácil «negociar» os termos da revisão constitucional legal e democrática com todos os partidos representados na Assembleia da República sem excepção.

Por essas palavras poderia alguém concluir que o PCP é contra a revisão da Constituição.

Não, o PCP é contra a revisão inconstitucional da Constituição. É favorável à revisão constitucional da Constituição e fará propostas nesse sentido. A revisão da Constituição, para ser legal, deve respeitar os limites formais e materiais que a própria Constituição estabelece: a exigência de dois terços dos votos dos



deputados, e as matérias e princípios que não podem ser revistos. Se esses limites não fossem respeitados, a revisão não seria legal. Corresponderia a uma grosseira violação das instituições, da legalidade. Seria um verdadeiro atentado contra o regime democrático.

O PCP continua a ser favorável à continuação do Conselho da Revolução após a revisão constitucional?

Pela nossa parte nada teríamos a opor à sua continuação se o CR mantivesse as suas actuais características. Não vemos que esteja à vista solução melhor para a institucionalização da intervenção das Forças Armadas na vida política e para garantir que as Forças Armadas se não tomem um instrumento duma política partidária conjuntural. Estamos porém isolados nesta atitude. Partidos e militares têm afirmado como inevitável o desaparecimento do Conselho da Revolução.

E nesse caso?

Nesse caso as competências do Conselho da Revolução devem passar para outros órgãos de

soberania, mas com soluções que não possam partidizar as Forças Armadas, os seus chefes e os seus Estados-Maiores.

É imperioso impedir que, na revisão da Constituição, se estabeleçam alterações que criem a possibilidade da restauração duma hierarquia militar reacçãoária, tentada a pressões e intervenções golpistas. O 25 de Abril tem que continuar bem vivo nas Forças Armadas e na vida política portuguesa.

Tem o PCP algum projecto de revisão? Antecipando questões actualmente muito debatidas, como considera o PCP as competências do Presidência da República, do Governo e da Assembleia da República?

Sim. O Partido está preparando um projecto. Na altura própria o apresentará. O IX Congresso do nosso Partido indicou linhas gerais fundamentais relativas à revisão. Como se sabe, há forças políticas que têm defendido ora o presidencialismo, ora o parlamentarismo, consoante confiam mais num Presidente ou numa maioria na Assembleia da República. Nós continuamos a defender a independência e complementaridade dos órgãos de soberania, e um sistema misto que melhor corresponda às características da situação política portuguesa. A transformação dos órgãos de soberania em instrumentos dum partido ou coligação de partidos (como pretende a «AD») constitui um perigo real para o regime democrático.

Fala-se muito na limitação dos poderes do Presidente da República. Como encara o PCP esse problema? Como considera o PCP a acumulação pelo general Eanes dos cargos de Presidente da República e do CEMGA?

É de temer que nas condições actuais os arranjos entre a «AD» e o PS para reduzir os poderes do Presidente da República constituam uma nova expressão da oposição ao Presidente e em novas tentativas de desestabilização dentro de um prazo relativamente curto. Nisso podem entender-se a «AD» e Mário Soares. É de recear uma tal evolução.

Quanto ao cargo do CEMGA, a experiência mostra que, no caso concreto, não há inconvenientes, antes existem vantagens de acumulação de tal cargo com o de Presidente da República. Há quem esteja com pressa um tanto suspeita em que o Presidente Eanes largue essa responsabilidade. O regime democrático não deveria ter pressa. A pressa referida é pelo menos bastante suspeita, sobretudo vinda de onde vem.

Essa opinião não poderá reforçar a acusação feita por Mário Soares e por outros que é feita ao PCP de que o PCP está a procurar colar-se ao Presidente da República?

O PCP não se colou nem se cola a ninguém. Quanto a Mário Soares, antes das legislativas procurou colar-se a Eanes e depois da derrota da

FRS nas legislativas e antes das eleições presidenciais procurou colar-se ao carro da vitória que previa ser o do general Soares Carneiro. O PCP não se colou à candidatura de Ramalho Eanes. Analisou a situação, definiu o perigo principal, traçou a linha de actuação e fez finalmente o apelo ao voto em Ramalho Eanes. Temos plena consciência de ter dado uma contribuição decisiva para a derrota do candidato da «AD».

... uma contribuição decisiva? Pela qual o PCP apresentou ou apresentará uma factura?

Decisiva. Mas o serviço que o PCP prestou foi ao Povo português e ao regime democrático. Não temos facturas a apresentar.

Poderá afirmar-se que Ramalho Eanes não teria sido eleito se não fosse essa contribuição do PCP?

Sem qualquer dúvida, não o teria sido. Toda a gente com um mínimo de informação tem aliás a noção desse facto. Quem se está a tentar colar ao Presidente eleito, ainda que com reserva, são aqueles que, tendo-o combatido ferozmente, tendo-o apontado como «o candidato do PCP», agora se apresentam com sorrisos, voz mansa e gesto colaborante. Freitas do Amaral já se atreve a dizer que a «AD» nunca atacou o Presidente da República. E Mário Soares já insinua que afinal a sua oposição a Eanes também deu a sua contribuição para que Eanes fosse eleito.

Pode então acreditar-se numa cooperação da reacção com o Presidente reeleito?

No imediato a reacção procurará fazer esquecer a campanha vergonhosa que desenvolveu contra Ramalho Eanes e procurará um entendimento com o Presidente reeleito. É difícil fazer outra coisa. Mas logo que a reacção se considere recomposta, voltará à guerrilha contra o Presidente, à tentativa de contestar, contrariar e sabotar as suas competências e a sua acção política. Em torno da revisão constitucional iremos assistir ao renovar da campanha anti-Eanes. Quem não o acreditar, espere que o verá.

Para terminar, como se podem encarar as perspectivas de evolução da situação. Há razões para apreensões ou para optimismo?

Para apreensões e para optimismo. Apreensões porque a reacção continua no governo e a ter maioria na Assembleia e teimará na sua política contra o povo trabalhador, na sua ofensiva contra as conquistas democráticas (particularmente contra os direitos dos trabalhadores, da Reforma Agrária, das nacionalizações) e no seu projecto de liquidação do regime democrático. Optimismo porque, em resultado das eleições presidenciais, foi afastado por agora o perigo iminente de golpes, a reacção recebeu sérias derrotas e está enfraquecida, o movimento popular e democrático reforçado, o regime democrático saiu mais consolidado, as liberdades mais garantidas, as possibilidades de luta alargadas e abertas. Em 1981 a luta continua. Mas em condições mais favoráveis do que em 1980.

A luta continua. Em que direcção?

Ao nível das instituições: em órgãos de soberania (Assembleia da República), nas relações com outros órgãos de soberania (Presidente da República e Conselho da Revolução), no poder local. Ao nível das alianças: relações com outros partidos, forças e sectores democráticos. Ao nível das massas: desenvolvimento da luta de massas que continua a constituir a força motora das transformações sociais. Ao nível das actividades económicas e sociais: trabalho nas autarquias, na Reforma Agrária, nas cooperativas, nos mais variados sectores da vida nacional.

Objectivos fundamentais?

Reposição da legalidade democrática onde o Governo «AD» estabeleceu situações antidemocráticas; a defesa das conquistas da Revolução; a garantia das liberdades e direitos dos cidadãos; o restabelecimento do pluralismo na comunicação social; o melhoramento das condições de vida do povo; uma política externa de independência nacional, de paz e amizade sem quaisquer enfeudamentos a interesses estrangeiros.

As forças reacçãoárias e oportunistas procuram isolar e silenciar o PCP, o que é particularmente evidente após 7 de Dezembro. Isso não cria dificuldades novas à acção do Partido?

O PCP tem cada vez mais largas ligações com variadas forças sociais e sectores democráticos. O anticomunismo sofreu um importante desaire nas eleições de 7 de Dezembro. Mostrou-se que massas muito largas da população, até agora fortemente influenciadas pelas campanhas anticomunistas, não recuaram estar lado a lado com os comunistas numa batalha eleitoral de extrema importância. É um facto novo que indica também as amplas perspectivas que se abrem à acção política do nosso Partido.

A realidade cubana testemunha a superioridade do socialismo

● O Congresso do PCC define prioridades: o trabalho e a defesa

«Não descansaremos até conseguir que cada cubano disposto a defender palmo a palmo e casa por casa o seu bairro, o seu município, o seu local de produção, cada metro quadrado da Pátria, possa ter uma espingarda, uma granada ou uma mina, e esteja bem preparado para cumprir o dever sagrado de defender a Pátria até à última gota de sangue» — disse Fidel Castro na tribuna do II Congresso do PCC. «Cada patriota cubano, homem ou mulher de qualquer idade, em qualquer circunstância, inclusive se uma parte do território fosse ocupada pelo agressor imperialista, deve estar preparado para combater e liquidar inimigos numa luta sem trégua nem quartel. A nossa Pátria tem de ser um osso muito duro de roer para o dente do imperialismo “yanki”, e espinha que se atravesse mortalmente na sua garganta se tentar agredir-nos».

Sem alarmismos nem dramatismos, antes reflectindo uma profunda consciência da realidade e das exigências por ela impostas, as palavras citadas, só surpreendentes para quem desconhece o que têm sido as constantes provocações e ataques do vizinho do norte contra Cuba socialista, reflectiram uma das componentes caracterizadoras dos trabalhos e das conclusões deste Congresso.

A defesa...

O povo cubano está longe de viver na psícosse de uma agressão imperialista. Mas as coisas são, como são. E a verdade é que nos últimos tempos, particularmente após a vitória de Reagan, porta-voz da direita norte-americana, se têm multiplicado as pressões e as chantagens, não pondo alguns conselheiros da Casa Branca de parte, mesmo publicamente, a hipótese de uma intervenção armada na Ilha da Liberdade. O imperialismo nunca se conformou com o triunfo da Revolução cubana e é de admitir que agora as forças mais reaccionárias, incentivadas com o triunfo do seu candidato, sonhem com voos mais altos.

É na perspectiva desta eventualidade que o povo cubano se prepara. O Congresso aprovou a proposta de um delegado no sentido de incrementar a organização das Milícias de Tropas Territoriais; de que o uniforme seja adquirido com os recursos do próprio miliciano; de que se realizem jornadas de trabalho voluntário ou outro tipo de actividades nos locais de produção, municípios e províncias a fim de obter fundos para a compra de armamento. O sentido desta proposta é claro, como claros também foram os entusiásticos aplausos que sublinharam as palavras de Fidel na Praça da Revolução quando se referiu às

necessidades de defesa do país, ao mesmo tempo que mais de um milhão de vozes ecoava pelo vasto recinto: «Fidel, seguro, a los yankis dales duro!», «Fidel, aprieta, que a Cuba se respeta!».

... e o trabalho

Mas na mesma proposta — a mais significativa aprovada no Congresso, para além dos documentos fundamentais já referidos em anterior crónica — afirmava-se também que a «preparação combativa se deverá realizar sem afectar a produção, os serviços nem os estudos, empregando os tempos livres e parte das férias». Trata-se aqui da outra face da realidade cubana de hoje, igualmente sempre presente nos trabalhos e nas conclusões do Congresso: a mobilização de



Fidel na Praça da Revolução: «Não faremos uma só concessão ao imperialismo». Mais de um milhão de vozes em coro: «Fidel, seguro, a los yankis dales duro!»

mesmo nas condições mais difíceis. E sobre isto há que dizer algo mais.

O significado do bloqueio

«Nem sempre se compreende no estrangeiro o que verdadeiramente tem significado para nós o bloqueio imperialista,

radicalmente com quaisquer espécies de fornecimentos. Deixou de haver peças de substituição. Em sentido literal, a economia cubana teve de reconectar do zero.

Sublinhe-se que o bloqueio não se traduz apenas no boicote directo dos EUA, mas também nos reflexos da constante pressão exercida pela diplomacia norte-americana no sentido de que os seus aliados alinhem na mesma política. Barcos que fundeiam portos cubanos estão impedidos de escalar portos americanos. É conhecido o exemplo recente da recusa dos EUA de comprar em apo a França, por este ter incorporado níquel cubano — na percentagem de um por cento!

Se a esta monstruosa e inqualificável tentativa de estrangulamento de todo um povo — bem definidora da natureza desumana e anti-histórica do imperialismo — acrescentarmos a permanente acção subversiva da CIA, podemos então compreender de melhor em que reais condições a Revolução Cubana tem sido obrigada a caminhar, as dificuldades que ainda hoje enfrenta, a verdadeira dimensão heróica deste povo, o carácter exemplar da sua luta.

O internacionalismo na prática

Acontece, porém, que Cuba não está só. Conta com a solidariedade indefectível do campo socialista, de cuja comunidade faz parte integrante, nomeadamente através de acordos de cooperação estes dias em Cuba. A delegação do nosso Partido, integrada, conforme já divulgámos, por Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, e Ernesto Afonso, do CC, desde o momento da sua chegada ao aeroporto — onde foi recebida por Lionel Soto Prieto, do Secretariado do CC do PCC, que igualmente estaria presente à despedida — foi sempre alvo do melhor acolhimento por parte dos dirigentes e povo cubanos.

Ao mesmo tempo, os comunistas portugueses tiveram oportunidade de expressar publicamente, nomeadamente através da

Político e Secretário do CC do PCUS, as constantes referências elogiosas que escutámos em relação à pátria de Lênine e aos técnicos e operários soviéticos que contribuíram para o desenvolvimento de Cuba, dão contorno a uma outra realidade bem viva neste Congresso: a vitalidade do socialismo real, a força do internacionalismo, a infinita superioridade do marxismo-leninismo e da moral comunista sobre a sordidez e a decadência dos «ideais» do imperialismo.

Do seu II Congresso o PCC saiu ideologicamente mais coeso, organicamente mais forte; nos últimos cinco anos as suas fileiras duplicaram, estreitaram-se os seus laços com o povo, enriqueceu-se a sua experiência, aumentou e melhorou o seu papel dirigente na sociedade. O Congresso fez uma pormenorizada e precisa análise do passado e traçou com precisão e realismo as tarefas do futuro. O PCC reforçou a sua imagem de destacamento activo do movimento comunista internacional, ao mesmo tempo que as conclusões do Congresso puseram em relevo a contribuição dos comunistas cubanos para a interpretação criadora do marxismo-leninismo nas condições concretas do seu país, e tendo em conta a experiência do socialismo mundial e as leis gerais do seu desenvolvimento.

A solidariedade do PCP

Cabe aqui, finalmente, uma referência à participação do PCP no Congresso e à sua presença durante estes dias em Cuba. A delegação do nosso Partido, integrada, conforme já divulgámos, por Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, e Ernesto Afonso, do CC, desde o momento da sua chegada ao aeroporto — onde foi recebida por Lionel Soto Prieto, do Secretariado do CC do PCC, que igualmente estaria presente à despedida — foi sempre alvo do melhor acolhimento por parte dos dirigentes e povo cubanos.

Ao mesmo tempo, os comunistas portugueses tiveram oportunidade de expressar publicamente, nomeadamente através da

intervenção de Octávio Pato na tribuna do II Congresso, a sua «solidariedade de combate aos comunistas e ao povo cubanos na sua luta pelo respeito da soberania e da integridade territorial do seu país, contra o imperialismo e em defesa da sua pátria socialista», assim como a firme vontade de «continuar a agir para que, com base nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, se fortaleçam ainda mais os tradicionais laços de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre os nossos dois partidos, no interesse dos nossos dois povos e países e dos nossos ideais comuns do socialismo e do comunismo».

Os prolongados aplausos com que os delegados acolheram as palavras de Octávio Pato tiveram o mesmo calor e sinceridade daqueles que ouvimos aos operários da fábrica de cimento «Herdís, Artemisa» (ler o último «Avante!») e que igualmente sublinharam as muito significativas referências ao nosso Partido feitas por Fidel Castro por duas vezes — na última sessão do Congresso e no início da Praça da Revolução —, ao considerar o PCP, juntamente com o PC francês, como «expressando o mais consequente das posições e do pensamento do movimento operário e revolucionário nos países capitalistas».

No decorrer da sua estada em Cuba, para além de um encontro de trabalho com Lionel Soto Prieto e outros dirigentes do PCC e de diversas visitas que permitiram um conhecimento mais directo das novas realidades cubanas, a delegação do PCP teve ensejo de estabelecer úteis contactos com várias das delegações estrangeiras presentes, nos quais ficou patente o amplo conhecimento acerca da realidade portuguesa, o reconhecimento da justeza das orientações do nosso Partido (tendo sido particularmente saudada a recente derrota, nas presidenciais, do candidato da reacção) e o alto conceito do PCP no seio do movimento comunista e progressista mundial.



Nos últimos cinco anos, entre o I e o II Congressos, o PCC duplicou os seus membros. O novo Comité Central passou a ser constituído por 148 membros efectivos e 77 suplentes, tendo o Bureau Político aumentado de 13 para 16 membros, enquanto o Secretariado permanece com 9 membros



Octávio Pato no II Congresso do Partido Comunista de Cuba: os comunistas portugueses manifestam a sua «solidariedade de combate aos comunistas e ao povo cubanos na sua luta pelo respeito da integridade territorial do seu país, contra o imperialismo e em defesa da sua pátria socialista»

A abertura solene

Às nove horas precisas do dia 17 de Dezembro inaugurava-se, no novo e de construção aerodinâmica Palácio das Convenções de Havana, o II Congresso do PCC. Ao som dos acordes do Hino Nacional, perante uma trovoadas de aplausos, dava entrada na monumental sala decorada em tons castanho e areia, a bandeira cubana transportada pelo coronel Arnaldo Tamayo Méndez, Herói da República de Cuba e da União Soviética, primeiro cosmonauta da América Latina e das Caraíbas a participar num voo espacial. (Tamayo, aliás, viria a ser eleito membro suplente do CC.)

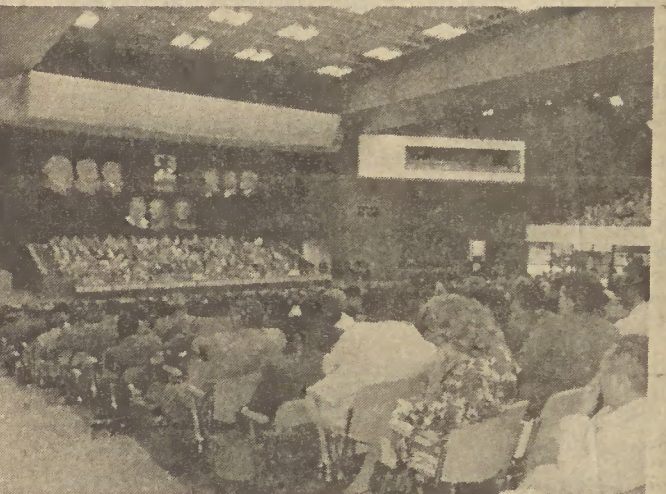
Após as palavras de abertura pronunciadas por Raúl Castro, da aprovação da Mesa da Presidência e da apresentação da centena e meia de delegações estrangeiras (a que já fizemos referência no último número) Fidel Castro começou a leitura do Relatório do Comité Central, que se prolongaria durante oito horas, inúmeras vezes interrompido pelas manifestações de apoio dos delegados, gritando em coro «Fidel, Fidel...», «Cuba si, yankis no!», «Viva Cuba libre!», «Fidel, seguro, a los yankis dales duro» e outras palavras de ordem, tendo no final sido aplaudido durante mais de cinco minutos.

«Vínculo directo»

Na última sessão do Congresso foi eleita a nova direcção do Partido, sendo de destacar, para além da reeleição de Fidel e Raul Castro respectivamente como Primeiro e Segundo Secretários, a presença, a partir de agora, entre os onze membros suplentes do «Bureau» Político, dos principais dirigentes das grandes organizações de massas: Vilma Espín (Federação das Mulheres Cubanas), Roberto Veiga (Central dos Trabalhadores de Cuba), Jose Ramirez Cruz (Associação Nacional dos Pequenos Agricultores) e Armando Acosta (Comités de Defesa da Revolução), o que significa, na expressão de Fidel, «a criação de um vínculo directo entre a direcção do Partido e as massas». O novo CC ficou constituído por 148 membros efectivos e 77 suplentes; os membros efectivos do «Bureau» Político passaram de 13 para 16, enquanto o Secretariado permanece com 9 membros.

Mais de 400 mil membros

O número de efectivos do Partido, entre o I e o II Congresso, passou de 211 642 para 434 143, isto é, duplicou nos últimos cinco anos, enquanto os núcleos subiram de 20 344 para mais de 26 500. Também aumentou o número de trabalhadores filiados directamente ligados à produção e aos serviços, passando de 36,3 por cento para 47,3 por cento, ao passo que a participação feminina subiu de 14,1 para 19,1 por cento. Foi igualmente considerado muito positivo o facto de 35,5 por cento dos novos militantes e aspirantes terem vindo da União de Jovens Comunistas, confirmando esta organização como um dos principais viveiros do Partido.



Nicarágua e Granada

Entre as delegações estrangeiras presentes no Congresso, mereceram especial carinho dos dirigentes e do povo cubano, para além da URSS, as da Nicarágua e de Granada, dois países da zona que recentemente se libertaram de ferozes ditaduras e que, juntando-se a Cuba, vieram reforçar a luta dos no continente se opõem victoriosamente ao domínio imperialista. Maurice Bishop, Primeiro-Ministro de Granada, e Humberto Ortega, Comandante em Chefe do Exército Popular Sandinista foram, aliás, os únicos representantes estrangeiros a usar da palavra no grandioso comício na Praça da Revolução. Ambos, excelentes oradores, falaram de improviso e galvanizaram a multidão, cujo entusiasmo chegaria ao rubro depois, com a intervenção final de Fidel.

O comício havia-se iniciado com breves alocuções (cinco minutos cada) de representantes das quatro organizações de massas acima referidas e ainda dos Pioneiros «José Martí», Federação de Estudantes do Ensino Médio, Federação de Estudantes Universitários e União dos Jovens Comunistas.

Arismendi comovido

Momentos de emoção no Palácio das Convenções: Rodney Arismendi interrompe a leitura do seu discurso, abraça o papel escrito e, visivelmente comovido, com as lágrimas a escorrerem-lhe pelo rosto, lança-se num curto mas vibrante improviso enaltecendo o alcance e o significado da Revolução Cubana para a luta dos povos latino-americanos. O destacado dirigente comunista uruguaio contagiou toda a sala com as suas empolgantes palavras e, assim que acabou de falar, Fidel Castro levantou-se e foi estreitá-lo num longo e sentido abraço.

Boa-disposição

Mas se houve momentos emotivos, também os houve de boa disposição. No decorrer da manhã do primeiro dia do Congresso, quando Fidel iniciou a leitura do Relatório do CC, aconteceu que, por diversas vezes, e devido à insuficiente altura do rebordo do tampo da tribuna, as folhas que Fidel lia caíam para o chão. Numa dessas vezes Fidel elogiava o bom trabalho dos construtores cubanos, o que o levou a comentar, ironicamente, depois de apanhar os papéis que tinham caído, não ser aquela tribuna, realmente, um bom exemplo de «design!». Entretanto, durante o intervalo do almoço, a tribuna foi reparada e Fidel, ao reparar no facto, antes de reiniciar a leitura do Relatório aproveitou para, em palavras bem humoradas, enaltecer o trabalho dos carpinteiros e sublinhar que, como se provava, com imaginação e criatividade é sempre altura para emendar os erros cometidos...

A situação na Polónia

Mais de uma centena de jornalistas de todos os continentes deslocaram-se a Havana para cobrir o Congresso, incluindo representantes das grandes agências internacionais. Alguns deles estavam especialmente interessados na análise que se faria da situação internacional. Numa das salas de imprensa montadas no Palácio das Convenções, onde nesse momento seguíamos pelo circuito interno de televisão a leitura do Relatório do CC, vimos-lhes ficarem suspensos das palavras de Fidel, quando este começou a falar da Polónia. E Fidel disse, realmente, coisas importantes: «O que ocorre (na Polónia) é em parte consequência da política subversiva do imperialismo contra os países socialistas e dos seus planos a longo prazo de infiltração, desestabilização e liquidação do socialismo nos países do Leste da Europa, destinados a enfraquecer e isolar a URSS e, se fosse possível, destruir o socialismo no mundo.»

«Particularmente na Polónia está em marcha uma sinistra provocação do imperialismo contra o campo socialista. Os êxitos alcançados nesse país pela reacção demonstram de modo bem eloquente que um partido revolucionário no poder não pode afastar-se dos princípios do marxismo-leninismo, descuidar o trabalho ideológico e separar-se das massas. Quando chegue a hora de rectificar não se deve proceder à base de concessões ao inimigo de classe interno ou externo.»

«Mantemos a mais firme esperança de que o Partido polaco seja capaz de resolver com as suas forças internas a situação na Polónia. Não é minimamente questionável que o campo socialista tem direito a salvar a sua integridade, sobreviver e resistir a qualquer preço às investidas do imperialismo. Mas também não pode pôr-se em causa o dever sagrado de os comunistas polacos resolverem com as suas próprias forças e por si próprios a luta iniciada pelos anti-socialistas e contra-revolucionários. Nas actuais circunstâncias internacionais é o melhor serviço que podem prestar não só à sua pátria mas também à causa do socialismo, ao movimento revolucionário e progressista mundial, ao desanuviamento e à paz. Confiamos em que os valerosos filhos desse povo heróico e a sua vanguarda comunista, superando erros cometidos, recuperem dos reveses iniciais e, levantando o seu espírito de combate, com o apoio das forças sãs do país e o emprego das enormes reservas morais, patrióticas e revolucionárias da sua classe operária, sejam capazes de o conseguir.»

Estas palavras vieram de encontro às pronunciadas no Congresso pelo chefe da delegação do Partido Operário Unificado Polaco, que diria, nomeadamente, calorosamente saudado pelos delegados e convidados: a Polónia foi, é e continuará a ser um país socialista!

Domingo, em Havana

Descemos La Rampa. A larga avenida é constantemente percorrida por autocarros e automóveis, nos passeios, um permanente formigar de gente, principalmente jovens, rapazes e raparigas vestidos de cores garridas, alegres e conversadores, descontraídos e felizes.

É domingo em Havana, ao cair da tarde. La Rampa inclina-se suavemente em direcção ao mar, perto da entrada do braço da baía que penetra na cidade. Do outro lado do Estreito da Florida, a pouco mais de uma centena de quilómetros, a costa norte-americana, a ameaça imperialista... Mas este povo indomável já está habituado às ameaças, já aprendeu a viver com as dificuldades, e nos êxitos da sua Revolução tempera a confiança e a determinação com que encara o futuro — seja ele qual for. E também sente direito a gozar o seu domingo.

Descemos La Rampa. Cá em cima, no frondoso jardim de onde a avenida nasce, deixáramos dezenas de crianças comendo gelados e brincando, enquanto perto, às portas do «Yara», homens e mulheres de todas as idades aguardavam em longas bichas de dezenas de metros a sua vez de chegarem às bilheteiras. O filme chama-se «Los Guardafronteras» e, dizem-nos, tem como pano de fundo do enredo o abnegado esforço destes heróicos comba-

tentes da Revolução na defesa da invulnerabilidade das zonas costeiras do país contra as infiltrações inimigas.

O movimento em La Rampa é intenso. As portas de bares e restaurantes há constantemente gente a entrar e a sair. Por vezes, estridentes apitos cortam o surdo rumor da multidão: são as eficientes e muito jovens mulheres polícias encarregues de orientar o trânsito, apuradas e elegantes nas suas blusas e curtas saias «verde-oliva».

Um pouco abaixo, à esquerda, deparamos com uma nova pequena multidão subindo as largas escadarias de pedra do Pavilhão das Exposições. Um satélite artificial reproduzido em tamanho natural, erguido dez metros acima do solo, chama a atenção para a fascinante aventura de «O Cosmos ao serviço da Paz e do Progresso»: filmes, coloridas fotos, diapositivos, maquetas de naves espaciais e o módulo original em que Tamayo (o primeiro cosmonauta cubano) e Romanenko regressaram recentemente à Terra. Do outro lado da rua, um outro cinema exhibe um ciclo de autores famosos, entre eles Eisenstein, Chaplin, René Clair, Buñuel, Tony Richardson, Visconti e Bergman.

Em Havana, o domingo aproxima-se do fim. La Rampa desagua na ampla estrada

marginal que bordeja as águas agora escuras, momentaneamente riscadas pelos faróis dos automóveis que passam, rápidos.

Do lado de lá do mar, o monstro imperialista. As pressões, as chantagens, as armas apontadas — não apenas em sentido figurado. Mas que mal fez este povo? Será crime agarrar o destino nas mãos e decidir por si próprio qual o caminho a seguir? Será crime querer uma vida independente e escolher em liberdade os seus amigos?

Recordámos então palavras ouvidas horas antes no Congresso: «Ninguém ameaça a vida dos Estados Unidos, mas ninguém aceitará sem luta resolvida e heróica a ameaça dos Estados Unidos contra as nossas vidas. (...) Se houver ramo de oliveira, não o recusaremos. Se continuar a hostilidade e houver agressões, responderemos energeticamente. (...) Preferimos mil vezes morrer do que render-nos. Não faremos uma só concessão ao imperialismo, nem abandonaremos um só dos nossos princípios.»

Subimos La Rampa. A noite avança. O movimento vai diminuindo nas ruas. Amanhã é dia de trabalho, e o sol aqui acorda cedo.

Quererá (poderá) alguém destruir os domingos de Havana?

laranjas, ananazes, papaias, bananas e outras frutas.

Publicam-se em Havana três quotidianos: o «Gramma», órgão oficial do CC do PCC, o «Juventude Rebelde», diário da Juventude Comunista, e o «Trabajadores», órgão da Central dos Trabalhadores Cubanos. As suas edições, todas em formato grande, incluem normalmente seis ou oito páginas (sem publicidade). Apesar de nestes dias o maior espaço ter sido dedicado ao Congresso, todos estes diários nunca deixaram de publicar diário noticiário nacional (sem esquecer as actividades culturais e desportivas) e internacional, oferecendo um panorama informativo que deixaria surpreendidos os ignorantes e nada escrupulosos arautos lusitanos da «censura» à imprensa nos países socialistas. Foi através de notícias objectivas insertas no «Gramma» que tivemos conhecimento em Cuba de factos entretanto ocorridos em Portugal como, por exemplo, o aumento do preço dos combustíveis e a indignação pelo Presidente da República de Pinto Balsemão como primeiro-ministro.

Quem ler a nossa imprensa «pluralista» saberá alguma vez aquilo que realmente se passa em Cuba?

Notas à margem

O visitante desprevenido surpreende-se, nas ruas de Havana, com a variedade de automóveis que encontra. Ao lado dos «Lada» 1500 e 1600, vindos da URSS, e de outros modelos modernos, vêem-se inúmeros velhos «espadas» americanos dos anos cinquenta, mais ou menos artesanalmente pintados de cores berrantes e, em muitos casos, autenticamente «presos por cordeis». Trata-se de carros abandonados pelos capitalistas cubanos e americanos quando saíram do país depois do triunfo da Revolução, e que desde então nunca deixaram de estar ao serviço — mas, agora, ao serviço do povo trabalhador, por quem foram criteriosamente distribuídos. Quanto à gasolina, não há problemas, pois o seu preço — equivalente, na nossa moeda, a 13 escudos por litro — ainda não aumentou nos últimos vinte anos.

Mas não ficaram só os automóveis — também as casas. Nos subúrbios de Havana, o bairro de Miramar — no género do nosso Restelo, mas muitas vezes maior — alojava em luxuosas vivendas a grande burguesia e a volumosa colónia de norte-americanos.

Semana

23
Terça-feira



Grã-Bretanha: e o direito ao trabalho?

O ministro francês das Finanças, Maurice Papon, declara que o modo como foi votado o orçamento da CEE está em conflito com «os interesses essenciais da França» ■ O jornal norte-americano «The Boston Globe» revela que documentos diplomáticos australianos demonstram que os EUA inspiraram a invasão indonésia de Timor-leste em 1975 ■ O Departamento Britânico do Trabalho informa que o número de desempregados na Grã-Bretanha atingiu em Dezembro 2 244 229 pessoas, mais 81 355 que em Novembro ■ A polícia de Legos noticiu que distúrbios religiosos ocorridos na cidade nigeriana de Kano entre sexta-feira e domingo passados provocaram 250 mortos ■ Um destacamento da Frente de Libertação Nacional «Farabundo Marti» (FLNFM), armado com canhões ligeiros, «bazookas» e metralhadoras, ataca esta noite uma base aérea situada em Ilo-Ilo, perto da capital salvadoreña ■ O primeiro-secretário do Partido Operário Unificado Polaco (POUP), Stanislaw Kania, acusa os círculos dirigentes da NATO de realizarem uma campanha alarmista de absurdas insinuações sobre presumíveis perigos para a Polónia «vindos» dos seus aliados ■ A cadeia de televisão norte-americana NBC noticiu que o general Alexander Haig, o secretário de Estado designado por Ronald Reagan, tentou suprimir fitas gravadas comprometedoras, durante o escândalo Watergate, e pediu ao FBI para ignorar regulamentos sobre escutas telefónicas quando era chefe do gabinete de Nixon ■ Encerra o I Congresso Extraordinário do MPLA-PT, aprovando as grandes opções do desenvolvimento económico e social da RP de Angola para o período 1981/1990

24
Quarta-feira

1951 — É proclamada a independência da Líbia.

A pedido de Kurt Waldheim, os dois autarcas palestinos que faziam greve da fome na sede da ONU, em Nova Iorque, suspendem essa forma de luta, que pretendeu protestar conta a expulsão de presidentes de Câmaras da Margem Ocidental do Jordão, imposta pelos sionistas ■ É anunciada no Equador a descoberta de grandes jazidas de petróleo na bacia do Amazonas (nordeste do país), avaliadas em 1,5 mil milhões de barris ■ O Supremo Tribunal da Coreia do Sul confirma em Seul as penas de morte contra dois jornalistas; o tribunal recusou também os recursos interpostos por 64 condenados a penas «variáveis» entre oito meses e prisão perpétua, por «violarem as leis anticomunistas» do país.

25
Quinta-feira

1972 — A cidade de Manágua, capital da Nicarágua, é parcialmente destruída por um terramoto.

Os proprietários de quatro jornais sul-africanos destinados aos leitores negros declaram em Joanesburgo que o governo ordenou o seu encerramento, algumas horas depois de ter sido resolvida uma prolongada greve que tinha impedido a sua publicação; o governo racista entretanto argumentou que «não fechara os jornais», tendo apenas acontecido que «explorou» o seu registo oficial perante as «autoridades» ■ A União Soviética lança oito satélites não tripulados com um único foguetão, tendo todos eles ficado em órbitas similares que variam entre 1 415 e 1 491 quilómetros da superfície do nosso planeta.

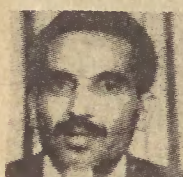
26
Sexta-feira

1925 — É fundado o Partido Comunista da Índia.

A Comissão Executiva da CEE encara a possibilidade de levar a França a tribunal por esta se recusar a fazer os pagamentos previstos no orçamento comunitário aprovado pelo parlamento europeu, enquanto a França ameaça levar a tribunal o orçamento aprovado, o qual é considerado «ilegal» pelas autoridades parisienses ■ O governo norte-americano completa o censo da população do país com o resultado final de 225 milhões 234 182 habitantes ■ O Partido Republicano Italiano, membro da coligação governamental, opõe-se a quaisquer negociações «directas ou indirectas» com o grupo terrorista «Brigadas Vermelhas» para a libertação do juiz sequestrado Giovanni d'Urso ■ A revista londrina «New-African» denuncia a existência de actividades subversivas contra Moçambique a partir do território da África do Sul.

27
Sábado

1978 — Morre o presidente argelino Houari Boumedienne; tinha 53 anos de idade.



Mohammad Ali Rajai

O primeiro-ministro iraniano, Mohammad Ali Rajai, acusa os EUA de não quererem resolver a questão dos 52 reféns americanos, sublinhando que estes permaneceriam no país até que o problema dos fundos reclamados pelo Irão fosse solucionado ■ Um relatório do Instituto Internacional da Imprensa para 1980, publicado em Zurique, afirma que a liberdade de imprensa está banida em vários países da América Latina, nomeadamente na Argentina, Bolívia e Uruguai ■ Babrak Karmal, presidente do Afeganistão, afirma numa entrevista que as Forças Armadas e o povo afegão conseguiram, em menos de um ano, infligir golpes mortais na contra-revolução, anunciando igualmente mudanças radicais na economia e na sociedade ■ Nove dirigentes estudantes universitários chilenos que se encontram há oito dias em greve da fome na catedral de Santiago para proteger a vida de um sua colega, apelam para a intervenção da Igreja católica ou de qualquer organismo internacional.

28
Domingo

1937 — Morre em Paris o compositor francês Maurice Ravel.



Carter «meteu água» com o Irão

O Irão publica documentos demonstrando que o governo norte-americano de James Carter prometera desongelar fundos iranianos, anular reivindicações legais contra o Irão e bloquear quaisquer bens do falecido xá ou familiares chegados aos EUA quando os reféns norte-americanos fossem libertados, tendo o Irão contudo recusado confiar na palavra de Carter e exigido que Washington depositasse garantias no total de 24 bilhões de dólares na Argélia antes da libertação dos reféns, o que não foi feito ■ Os guerrilheiros de El Salvador desencadeiam um dos maiores ataques de sempre contra o exército fil à Junta, no norte do país ■ Darwish Zoundi, alto dirigente político sírio, é assassinado pelo grupo extremista de direita «Irmãos Muçulmanos» ■ O ex-«imperador» Bokassa, condenado à morte à revelia por um tribunal da República Central Africana, pede a «mediação da França» perante um tribunal da ONU ■ O presidente afegão Babrak Karmal renova a oferta ao Paquistão e ao Irão de iniciar negociações com o seu governo, sublinhando que novo atraso agravaria a situação na região.

29
Segunda-feira

1916 — Freud toma pública a sua «Introdução à Psicanálise».

Milhares de Professores na Margem Ocidental do Jordão prosseguem uma greve, ignorando intimidação das autoridades militares de ocupação sionista para que «regressem ao trabalho»; os professores de todos os ramos de ensino — em número de 7 200 — encontram-se em greve há dez dias reivindicando maiores salários e melhores condições de trabalho.

Afeganistão: a revolução de Abril está bem viva

Em Dezembro de 1979 iniciou-se no Afeganistão a segunda etapa da Revolução de Abril. Num curto espaço de tempo o povo afegão desferia assim novo golpe sobre os desígnios do imperialismo na zona. Em Abril de 1978 a revolução afegã dera origem a um novo Estado soberano e democrático no Médio Oriente, alargando a zona progressista na Ásia. No fim de 1979, com a destituição de Amin, que criara no país um insuportável clima repressivo, abrindo às forças reacconárias nacionais e internacionais a perspectiva de liquidação das conquistas revolucionárias, o povo afegão reafirmou a vontade de prosseguir com a sua revolução.

Os factos que se sucederam a esta vitória das forças democráticas e progressistas afegãs, a aberta ingerência imperialista, a campanha anticomunista e anti-soviética que ainda hoje continua, demonstraram que o imperialismo não respeita nem tem qualquer intenção de respeitar a vontade dos povos; demonstraram também que utiliza e inventa pretextos múltiplos para a guerra ideológica contra o socialismo, para «justificar» a política de corrida aos armamentos.

Armas e desinformação

Em meados de Janeiro de 80, o «New York Times» afirmava que «o interesse norte-americano no Afeganistão pouco tem a ver com a liberdade desse país». Em Março, o secretário-geral da NATO, Joseph Luns, assinava a «necessidade» de os membros da NATO «coordenarem os seus esforços políticos e militares para assegurarem um desenvolvimento militar rápido, onde seja necessário manter a estabilidade».

Os actos aqui correspondem inteiramente às palavras. Um documento do CC do PCP de Janeiro de 1980, sobre a campanha anticomunista e os acontecimentos no Afeganistão, chamava a atenção para «a criação pelos EUA, anunciada antes dos acontecimentos do Afeganistão, de uma força de intervenção rápida de 110 000 homens destinada confes-sadamente a intervir no Médio Oriente ou em qualquer outra parte do mundo; para as movimentações de tropas no Índico e no Golfo Pérsico e as ameaças de bloqueio económico e intervenção militar directa dirigidas contra o Irão; para o reforço acelerado das bases norte-americanas de Diego Garcia e outras no Índico, na Turquia e no Paquistão, assim como no Oman, na Somália e noutros países da região».

Em conferência de imprensa de Agosto de 80, o governo da República Democrática do Afeganistão denunciava que os contra-revolucionários

estavam a receber armas dos mais recentes modelos fabricadas nos países capitalistas, na China e no Irão, nomeadamente armas tóxicas de origem norte-americana, proibidas pelos tratados internacionais.

O apoio do governo paquistanês aos bandos contra-revolucionários é mais que evidente, tendo a ilustrá-lo factos particularmente significativos: quando a população da província paquistanesa de Balochistão tentou opor resistência às desordens provocadas pelos contra-revolucionários afegãos, o governo paquistanês enviou tropas para os proteger contra a própria população do seu país.

Momentos há em que a imprensa do mundo capitalista é particularmente elucidativa. O «Wall Street Journal» de 2 de Março de 1979 afirmava: «Os EUA podem fazer muito para elevar o moral das forças anti-soviéticas no Afeganistão e em toda a região (...), o governo americano poderá exprimir a sua preocupação pela violação dos direitos do homem no Afeganistão, como o fez em relação a muitos outros países. Pode dar o seu acordo à exportação de armas pesadas para o Paquistão para que este país não tenha a impressão de ter sido abandonado. Poderá além disso encorajar outros países industriais, e também a China, para aumentar a sua contribuição para a defesa do Paquistão».

Tudo isto foi feito,



Contra as manobras do imperialismo, prossegue e reforça-se a revolução no Afeganistão

acompanhado de uma intensa campanha propagandística, que mais poderíamos considerar como puro terrorismo a nível da informação, e que se prolonga ainda hoje, apesar de actualmente tal tipo de campanha se encontrar centrada nos acontecimentos na Polónia.

A segunda etapa da revolução

Passou um ano sobre a destituição de Amin. O povo afegão comemorou o início da segunda etapa da revolução reafirmando a sua vontade de paz e concretizando novos passos no caminho escolhido. Com a presença de 1500 delegados, dirigentes do Partido e do governo, repre-

sentantes de tribos, dirigentes religiosos e trabalhadores destacados, iniciou-se no sábado a Conferência Nacional preparatória da criação de uma Frente Nacional e Patriótica, Conferência onde foram discutidos os «problemas que as forças patrióticas e nacionais devem resolver, no quadro do desenvolvimento da economia, da revolução nacional e democrática e da luta contra as ameaças do imperialismo e da hegemonia chinesa». Por outro lado, foi uma vez mais proposto ao Paquistão e ao Irão conferenciar com vista a resolver os problemas por meios pacíficos, proposta já anteriormente feita em 14 de Maio. «Novo atraso no início dessas conversações apenas pode agravar a situação na região e conduzir a vítimas e complicações desnecessárias»

— afirmou o dirigente afegão Babrak Karmal.

Um apelo à paz que não parte de um povo vencedor, enfrentando embora ainda múltiplas dificuldades e problemas. Como Karmal lembrou neste aniversário, o povo afegão, com a fraterna ajuda da União Soviética, venceu os planos da reacção internacional. Não é por acaso que estas iniciativas de paz partem sistematicamente das forças progressistas. Não é por acaso que o imperialismo as recusa. O seu único trunfo está exactamente na provocação armada, na mentira propagandística. É disso que se alimenta. A ingerência sistemática, de que acusa os países socialistas, em particular a URSS, é a sua arma quotidiana.

Polémica em torno do orçamento reflecte a crise na CEE

Avolumam-se os elementos de crise na CEE. A par do desemprego, da inflação, da cada vez mais baixa taxa de desenvolvimento económico, das contradições internas e com os Estados Unidos e o Japão, ressurgue agora com mais força a velha polémica dos organismos supranacionais da CEE.



O desemprego é um dos mais graves problemas com que se debatem as massas trabalhadoras dos países da CEE

O orçamento da CEE provocou o conflito entre governos da Comunidade Económica Europeia e o Parlamento Europeu (organismo supranacional da CEE). A questão assenta no aumento de 1,25 por cento da verba orçamental sobre o total de 25 mil milhões de dólares fixado pelo Conselho de Ministros. A França acusa o Parlamento Europeu de tomar decisões contra o que fora aprovado em consenso pelos ministros e ameaçou levar a tribunal o orçamento aprovado, que considera «ilegal». A Comissão Executiva da Comunidade Económica Europeia encara igualmente a possibilidade de levar a França a tribunal, por esta se recusar a fazer os pagamentos previstos no orçamento aprovado pelo Parlamento Europeu. Entretanto manifesta-se o descontentamento da República Federal Alemã, da Bélgica, da Holanda e da Dinamarca.

Crise generalizada

Os conflitos internos da CEE interligam-se com a gravíssima situação actual que reflecte a degradação do sistema. Os programas económicos para o novo ano apresentados nas várias capitais da CEE são elucidativos. O governo da RFA anuncia restrições nos aumentos salariais e o aumento do imposto sobre

a gasolina que se irá reflectir em todos os sectores básicos da vida quotidiana. Na Bélgica foi apresentado o mais difícil programa económico desde a Segunda Guerra Mundial, destacando os recordes de desemprego e de défice da balança de pagamentos, sem quaisquer perspectivas de travar o desemprego e avançando com uma única garantia: menores aumentos salariais. Na Grã-Bretanha o governo de Thatcher apresentou um programa de cortes drásticos das despesas públicas. A situação é catastrófica. Em cada 30 segundos regista-se mais um desempregado. Até ao fim deste ano a produção sofrerá um decréscimo da ordem dos 9,3 por cento.

A nível geral, na CEE, os dados não são mais animadores: prevê-se uma taxa de crescimento de apenas 0,6 por cento para o próximo ano. Em 1980 o desemprego aumentou 20 por cento atingindo o número de desempregados da CEE, em Outubro, os 7,4 milhões.

O desemprego crónico e em massa atingiu assim proporções inéditas na CEE em todo o período do pós-guerra. As previsões são ainda mais pessimistas. De acordo com perigos da própria CEE o número de desempregados poderá duplicar em 1985 (11-15 milhões dos 110 milhões aptos para o trabalho). De realçar ainda que os

jovens até aos 25 anos constituem cerca de 40 por cento de todos os desempregados.

De acordo com os especialistas da CEE, para evitar o aumento do desemprego impôr-se-iam taxas de desenvolvimento industrial que nada têm a ver com a realidade do mundo capitalista desenvolvido. Para reduzir, em 1985, o número total de desempregados na Comunidade para 3 milhões, seria indispensável que o Produto Nacional Bruto registasse um aumento anual mínimo de 7 por cento. Para impedir a subida do actual nível de desemprego o Produto Nacional Bruto deveria crescer no mínimo 4,5 por cento ao ano. O que se passa é que o incremento económico nos países da CEE foi de 3 por cento em 1979, devendo baixar para 2 por cento. As previsões para 1981 são ainda mais pessimistas.

Um beco sem saída

Está claramente delineada uma situação sem saída nos moldes do sistema capitalista. Porquê?

Porque, dentro da lógica do sistema se alimenta uma indústria de guerra que os factos demonstram dar muito menos postos de trabalho que a indústria civil.

Dentro da lógica do sistema são «reorganizadas» e «modernizadas» as «empresas pouco rentáveis». O que significa o encerramento de centenas de fábricas, o despedimento de dezenas de milhares de operários. Os ramos tradicionais estão a ser seriamente atingidos: a metalurgia, a construção naval, os têxteis, as confeções, o calçado — indústrias que ocupam 40 por cento da mão-de-obra na Europa capitalista. Segundo os cálculos da CEE, 100 mil postos de trabalho deixarão de existir nos próximos 10 anos na indústria automobilística e na construção naval o emprego será reduzido para metade.

Dentro da lógica do sistema, procede-se a «deslocamentos do capital» dos países capitalistas desenvolvidos para países atrasados onde o baixo preço da mão-de-obra permite elevadíssimas taxas de juro. Por exemplo, nos últimos 10 anos, os investimentos na indústria têxtil francesa diminuíram 50%. Em contrapartida, as grandes companhias de têxteis investem em força em países como o Brasil ou a Coreia do Sul.

Alguns — poucos — factos que ilustram as razões de uma crise que o capital se esforça por fazer pagar aos trabalhadores. Um esforço que esbarra com a crescente resistência organizada das massas trabalhadoras de toda a Europa.

Os reais objectivos do povo polaco

As tentativas dos meios imperialistas e reacconários de fomentar acções subversivas contra a Polónia socialista e os esforços das massas trabalhadoras polacas e do Partido Operário Unificado Polaco para superar as dificuldades com que se debatem na via do desenvolvimento socialista foram pontos abordados no encontro entre Leonid Brejnev e Josef Czyrek, ministro dos Negócios Estrangeiros da Polónia em visita oficial à URSS. Constituem, simultaneamente, os parâmetros em que actualmente se desenvolve a situação na Polónia e as suas repercussões a nível internacional.

Neste contexto ganham particular realce os trabalhos preparatórios do Congresso do POUP, que deverá realizar-se entre o primeiro e o segundo trimestres de 1981. Como destacou o primeiro-secretário do CC do POUP, Stanislaw Kania, na sessão da Comissão de Organização do Congresso, «todos esperam que o Congresso consolide a linha de renovação socialista, reforce

as fileiras do Partido e encontre uma resposta para a questão de como superar as dificuldades derivadas da profunda crise económica e social». O tema para o documento central do congresso, a ser submetido não só aos militantes do POUP mas a toda a sociedade polaca, é significativo: «Princípios do programa de desenvolvimento da democracia socialista,

fazer face a tentativas de criar artificialmente uma atmosfera de excitação e de tensão em torno do nosso país, temos que fazer face a tentativas de utilizar os acontecimentos na Polónia para realizar intentos contrários não só aos nossos interesses mas também aos interesses do desanuviamento e da paz mundial». E prossegue: «O nosso desejo

«O nosso desejo é que o processo de renovação socialista sirva tanto os interesses do socialismo na Polónia, como a consolidação da amizade, de cooperação e de aliança com a URSS e os outros países socialistas».

reforço do papel dirigente do Partido na construção do socialismo e estabilização da situação socioeconómica na Polónia».

Prosegue entretanto os esforços a nível internacional para impedir uma normalização da vida na Polónia na via da construção do socialismo. Como Kania denunciou na mesma reunião, «temos que

é que o processo de renovação socialista sirva tanto os interesses do socialismo na Polónia como a consolidação dos nossos laços de amizade, de cooperação e de aliança com a União Soviética e com todos os países socialistas irmãos». Este o verdadeiro objectivo do povo polaco, que nada tem a ver com os reais objectivos provocatórios do imperialismo e da reacção.

El Salvador: ofensiva das forças patrióticas

A sucessão de factos em El Salvador aponta para uma vigorosa ofensiva das forças patrióticas contra a Junta que neste momento mais que nunca exprime claramente os interesses do imperialismo no país.

Na véspera de Natal um destacamento da Frente de

Libertação Nacional «Farabundo Marti», armado com canhões ligeiros, bazookas e metralhadoras atacou uma base aérea situada em Ilo-Ilo, perto da capital, tendo destruído três angares e provocado danos em vários

aviões. Posteriormente, as forças guerrilheiras da Frente Patriótica, avançando 30 quilómetros desde as montanhas da fronteira com as Honduras, desencadearam a maior ofensiva desde o derrube de Romero, em Outubro de 1979.

A região norte foi declarada zona de emergência militar.

Parece estar assim a passar-se a uma nova fase da luta do povo de El Salvador contra uma Junta apoiada em bandos de assassinos profissionais que já causaram este ano mais de 10 mil mortos.

Lutas de trabalhadores

• **EUA** — Mais de mil pessoas desfilaram nas ruas de Liberty City, em Miami, repudiando a absolvição de quatro polícias brancos acusados de terem assassinado o ano passado o cidadão negro Arthur Maduffie.

• **Chile** — Nove dirigentes estudantes universitários chilenos encontram-se em greve da fome na Catedral de Santiago, protestando contra a expulsão da Universidade da presidente da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Humanas, Patricia Torres,

e denunciando simultaneamente as ameaças contra a sua vida.

• **Cisjordânia** — 7200 professores de quatro polícias brancos acusados de terem assassinado o ano passado o cidadão negro Arthur Maduffie.

• **EUA** — Em San Francisco, na costa ocidental dos Estados Unidos, os estivadores recusaram-se a carregar material de guerra, munições e outro equipamento para a junta militar de El Salvador.

Empresas e Sindicatos

Nada de substancialmente diferente

mas algumas diferenças de grau...

Os últimos acontecimentos no âmbito das empresas e do movimento sindical não foram substancialmente diferentes dos registados durante o resto do ano. Queremos dizer que não houve a assinalar este período festivo nada que as multinacionais, o grande patronato e as forças ao seu serviço não tivessem já anteriormente feito experimentar, e com que apego, a milhares de trabalhadores.

Nada de substancialmente diferente houve também da parte que nesses acontecimentos tomaram as forças organizadas nas empresas, da parte dos organismos que costumam ser designados por estruturas representativas dos trabalhadores ou por seus órgãos ou organismos eleitos democraticamente. Isto é, como se verá, se milhares de professores e outros profissionais ligados ao ensino ficam sem remunerações em Dezembro, se navios e refrigeradores de uma empresa nacionalizada são postos à venda, com um anúncio num jornal, se mais esta empresa é «reestruturada», enquanto outra prepara uma fraude por falência, nada de substancialmente diferente, atinge os trabalhadores. Em vez de uns outros os atingidos. É verdade. Se não é no Verão é no Inverno; se não é na Páscoa é no Natal. Mas a luta não escolhe épocas, nem estações. Como se vê, mesmo nas Festas onde a Fraternidade se veste com letra grande é preciso ter bem desperta a consciência e saber bem, isto é, experimentando, que o inimigo é comum, conhecido e peritaz. Enfrentá-lo é o que tem feito e fará em unidade (na que existe e na que se vai construindo também) a grande massa dos trabalhadores de todos os sectores de actividade.

De todos, sim! Quem hoje não

é atingido? Quem hoje não está ameaçado? Pensamos naturalmente em quem vive do seu salário, em quem pouco mais tem que a sua força de trabalho. Grandes empresas, cuja solidez parecia inatacável, fortalezas de lucros fáceis como as multinacionais da eléctrica e da electrónica, unidades fabris do sector empresarial do Estado com milhares de postos de trabalho, pequenas e médias empresas com um acesso ao crédito cada vez menor, uma banca nacionalizada entregue a gestores que tentam impor à sua lei contra a Constituição do País — são alguns entre muitos factores de insegurança permanente no emprego, de reflexos perigosos na vida familiar, de desorganização da produção, de ataque violento a organizações dos trabalhadores, de tentativas de desprestigiar os Sindicatos e todo o movimento sindical, de despedimentos e outras formas de repressão escolhidas (selectivas) com objectivos muito claros de atingir o coração da força organizada legítima e legal dos trabalhadores nas empresas e noutros locais de trabalho.

Não há novidades...

Não há novidades neste campo. Há anos que o movimento sindical e o reforço permanente da sua organização se vêem obrigados a enfrentar conflitos com dificuldades agravadas constante-

mente pela situação política. A contratação colectiva, o desemprego, os despedimentos colectivos e selectivos, as variadas (umas violentas, outras subitil) formas de repressão nos locais de trabalho são razões diárias, motivos legais e mais que legítimos para o desencadear de lutas de maior ou menor alcance, de maior ou menor participação, mas todas elas pedras-base do reforço e desenvolvimento da unidade, da necessária coesão das forças capazes de se oporem com êxito a uma ofensiva que não vai parar. Não vai, porque tem a sua raiz na própria natureza de um sistema económico que o nosso país e o nosso povo já experimentaram durante o fascismo e que os grandes responsáveis por esse mesmo sistema não terão força nem capacidade para impor sem deitarem a mão a processos como as «pólicas privadas» em empresas sob o disfarce da «vigilância», a métodos todos orientados para o fomento do divisionismo dentro do movimento operário, a provocações dirigidas contra os trabalhadores de mais prestígio, e a todo o arsenal, já conhecido, do desprestígio sistemático pela lei, pela contratação colectiva, pelas liberdades e direitos sindicais.

...Mas há algumas diferenças...

Começamos por dizer que nada de substancialmente diferente aconteceu nos últimos dias no âmbito das empresas e do movimento sindical. Cremos que nos firmes entender. Mas serão talvez necessárias algumas precisões. Correremos esse risco. É mais um afinal numa prosa já compacta — e ainda por cima numa

altura destas. Convém, no entanto, que sublinhemos: há uma alteração de grau; há algumas diferenças. Para bem e para mal, como escusado seria acrescentar, se não estivesse em jogo como está, o ceme, que é como quem diz o coração e o sangue de profundas alterações históricas que mal começavam a afirmar-se, que ainda mal tinham estabilidade para andar.

Limitados como estamos pelo âmbito que nos compete neste artigo, lembremos somente o que sucede, o que normalmente sucede, quando a Constituição continua intacta nos seus parágrafos e artigos, na sua imaterialidade histórica, quando ela «deixa», ainda antes de ser revista, alterada ou destruída, que empresas nacionalizadas ou ligadas ao sector se deixem apodrecer juntamente com milhares de postos de trabalho (caso da Equimetal, para só citar um) que ao grande capital privado sejam concedidas todas as facilidades, enquanto o capital público da Rodoviária Nacional é obrigado, por exemplo, a pagar centenas de milhares de contos à banca nacionalizada que continua a regatear e mesmo a recusar, contratos de viabilização que favoreçam o emprego e que mantenham, pelo menos, as regalias, direitos e liberdades conquistados pelos trabalhadores.

... Que passam despercebidas...

O que normalmente sucede, ou pensamos os seus responsáveis que assim sucede, é que essas diferenças passam despercebidas. Ou ninguém pensa nelas. Ou são tantas que já não vale a pena. Ou os trabalhadores pensam (como

a «AD» gostana) que isso da Constituição é simples papel impresso perante as «realidades» que o grande capital vai forjando contra ela, contra a Constituição, contra Abril, contra aquilo que verdadeiramente sustenta e suporta a democracia.

Mas não é assim. A realidade portuguesa, a realidade constitucional, não é a que apregoa o grande capital privado, que o mesmo é dizer as forças políticas e sociais que o representam, que o defendem, promovendo-o a grande salvador da democracia, quando ele é precisamente o contrário, quando ele pretende ser precisamente o seu coveiro, o coveiro da democracia.

... Só a quem se deixa enganar

As classes trabalhadoras organizadas não se deixam enganar. O seu inimigo de classe sabe perfeitamente que há muita maneira de matar pulgas. Os trabalhadores também. Não é de oportunismo que falamos, mas da aprendizagem que diariamente se faz das realidades verdadeiras nas empresas, nos serviços, quando se trata de reforçar posições unitárias, de combater com as armas legais de que dispõem os trabalhadores organizados, de combater miragens, falsas promessas, apelos ao individualismo, ao salve-se quem puder.

O reforço da organização dos trabalhadores nos locais de trabalho implica precisamente o conhecimento das realidades, o esclarecimento constante, os verdadeiros motivos dos conflitos, as razões para lutar.

Apesar dos ataques (alguns muito graves dos promotores do divisionismo) é nesse sentido que

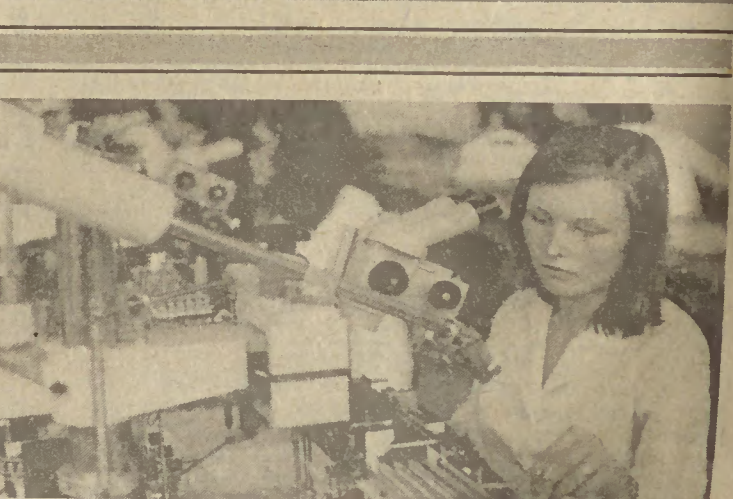
o movimento sindical tem actuado, e continua a actuar hoje dentro e fora das empresas, diversificando as formas de luta, adaptando-as às realidades das empresas, conhecendo cada vez melhor o inimigo que os trabalhadores defrontam à mínima reivindicação, à mínima exigência do cumprimento da lei.

Não é fácil, assim, ao grande patronato, às multinacionais, aos grandes grupos financeiros destruir o que tanto custou a erguer. Não é fácil, como pretendem, pôr todas as leis do seu lado, modificar em seu proveito tudo o que foi conquistado.

Um navio nacionalizado com os seus postos de trabalho, que se põe à venda mediante um anúncio num jornal, não é apenas uma provocação. Há forças para apoiar essa ilegalidade frontal.

Mas há forças também para opor uma barreira firme e tenaz a essa e a outras ilegalidades, para defender como acontece em tanto lado os postos de trabalho, melhores salários, direitos e liberdades sindicais.

As diferenças de grau não estão apenas no assalto provocatório ao sector empresarial do Estado. Estão também e muito claramente na aproximação, no entendimento, no diálogo entre trabalhadores sem partido, ou de várias correntes políticas, designadamente entre trabalhadores comunistas e socialistas, para a condução de acções comuns para o apoio sem reticências às reivindicações essenciais em empresas e serviços, defendendo, organizadamente posições unitárias — meio caminho andado para uma unidade efectiva, para o reforço constante do movimento sindical.



As mulheres na defesa de Abril

Torna-se cada vez mais claro que nas eleições, e não só, as mulheres portuguesas de várias classes e camadas sociais têm tido um papel determinante na defesa da Democracia, desde e antes do 25 de Abril.

Nada permite concluir que o sentido do voto das mulheres nas eleições de 7 de Dezembro haja sido diferente do sentido geral da votação, isto é, a favor da Democracia, contra os perigos do regresso da ditadura, do fascismo contidos no plano político subversivo da AD e do seu candidato. Assim foi sempre em eleições anteriores, onde através da análise da votação das mesas das «Marias» em todo o País (mesas onde só votaram mulheres) se concluiu ser o sentido do voto das mulheres o mesmo do das mesas mistas e das mesas onde votaram só homens (mesas dos «Carlos», por exemplo).

Nada, repetimos, pode levar à conclusão contrária, no que respeita às eleições de 7 de Dezembro. Bem pelo contrário. Foram muitas e muitas as mulheres que em jeito de desafo ou de conversa afirmaram publicamente ou particularmente que apesar de terem votado AD nas eleições de 5 de Outubro iam votar Ramalho Eanes nas últimas eleições.

Por outro lado, quer nos porta-a-porta, quer nas sessões, comícios, colóquios, reuniões, convívios unitários a presença de grande número de mulheres, às vezes a maioria, continuou a ser uma constante reforçada que se vem manifestando após o 25 de Abril nas iniciativas democráticas.

Nas empresas, no campo (Zona da Reforma Agrária em especial mas não só), nos escritórios, nas escolas, nas lojas, nos serviços, nos sindicatos, no Movimento Democrático de Mulheres, nas Comissões de Moradores e outras Comissões unitárias, nas Comissões do Ano Internacional da Criança, nas CERCIS, nas Autarquias, na URAP, nos Movimentos Unitários mais variados (da Paz, do Desporto, etc.), nas Comissões da APU — neste ano que passou de 1980 pode dizer-se sem exagero algum que aumentou de forma

apreciável a actividade, a iniciativa, a participação e a presença interessada das mulheres democratas e progressistas.

E tudo isto apesar dos muitos ventos contrários que sopraram (em casa e fora de casa) e sobretudo da Secretaria de Estado da Família, de cuja acção o menos que se pode dizer é que foi altamente atentatória e ofensiva dos direitos conquistados com o 25 de Abril pelas mulheres portuguesas e consagrados na Constituição e legislação democrática vária posterior.

A caça ao voto das mulheres pela AD foi mais descarada do que em qualquer outra eleição. Promessas e mais promessas: salários para as donas de casa (quanto? quando? nada se disse), trabalho a tempo parcial (quando se sabe que mais de metade — cerca de 70% — dos desempregados são mulheres e que é sobre elas que continua a pesar em primeiro lugar a ameaça de mais despedimentos), custo de vida a subir (com a Secretaria de Estado a entoar loas à família que em muitos casos não têm casa, nem dinheiro que chegue para comer, vestir e calçar e com o ministro Cavaco e Silva a desafiar um rosário de mentiras, dia e noite na TV

— salários a subirem, preços fixos ou subindo pouco).

Enfim em condições que os partidos reaccionários — PSD, CDS — tornaram o mais antidemocráticas possíveis, dentro e fora do governo, com este em plena campanha eleitoral da AD, ali na TV para multiplicar os tempos de antena da AD, com ondas e ondas de mentiras na TV, na RDP (rádio), nos seus jornais e até nos jornais estatizados (pagos por todos nós) — em todas estas condições assume redobrada e significativa importância o resultado da votação e a participação das mulheres nesta mesma votação a favor da Democracia, de Abril e das conquistas da Revolução.

Tudo isto naturalmente foi possível graças a todo um trabalho de esclarecimento e mobilização dos partidos democráticos — PCP, MDP, FRS e outras forças democráticas e progressistas. A apresentação do candidato do PCP, camarada Carlos Brito, teve não pouca importância, na medida em que tal apresentação veio entre outras coisas possibilitar, duma forma ampla e esclarecedora, a consciencialização dum grande número de portuguesas e portugueses sobre os perigos reais que representaria para a democracia portuguesa a vitória de Soares Carneiro.

Soluções propostas caminhos apontados

Teve extraordinária importância para a consciencialização dum número cada vez maior de mulheres operárias, empregadas, camponesas, intelectuais, jovens, pensionistas, reformadas e outras as lutas travadas ao longo de todo o ano de 1980 e a realização da 2.ª Conferência Nacional de Mulheres Trabalhadoras, o 1.º Congresso do

Movimento Democrático de Mulheres, a 2.ª Conferência das Mulheres do Norte, Encontros Distais e Regionais de Mulheres (na Beira, no Alentejo, em Lisboa, no Porto etc.) do MDM e outros unitários, assim como o Seminário do AIC (organizado pelo MDM) e outros Seminários, colóquios, reuniões, sessões em que por todo o País as mulheres democratas debateram os problemas da mulher, da família, da criança que mais as afligem, propondo soluções e apontando caminhos que às autoridades, aos órgãos de soberania (P. República, Assembleia da República, Conselho da Revolução e Governo) foram dados a conhecer. Problemas como a utilização negativa da mulher na publicidade, o não cumprimento da legislação sobre a criança, a família e a mulher, condições de trabalho das mulheres que trabalham fora e dentro de casa, as duplas e triplas tarefas da mulher, exploração da mão-de-obra infantil, prostituição, discriminações salariais e outras que ilegalmente continuam a pesar sobre as mulheres, falta de promoção profissional, social, cultural e política da mulher, falta de lares e centros de convívio para reformados e idosos, desemprego entre as mulheres, consequência para as mulheres da ofensiva do Governo da AD contra a Reforma Agrária e em geral, problemas da guerra nuclear e da paz, do custo de vida — foram algumas das muitas questões que milhares e milhares de mulheres levantaram, discutiram. Apontaram soluções, fizeram propostas e colocaram-nas ao Governo PSD/CDS, ao Governo da AD.

A tudo isto o Governo da AD disse: nada. E nada fez senão agravar ainda mais a situação.

Nunca, depois do 25 de Abril,

a imagem, os problemas, os interesses, os direitos foram tão falseados, violados e desprezados.

1981
Ano de luta
Ano de vitórias

Esta situação está a tornar-se cada vez mais clara e mais aguda para um número cada vez maior de mulheres das mais variadas camadas sociais, das trabalhadoras às da pequena e média burguesia, das donas de casa às camponesas, das jovens às pensionistas e reformadas.

As mesmas e mais outras que não deram tréguas ao Governo AD nas empresas, nas escolas, nos escritórios, nas lojas, nos campos, nos mercados; as mesmas e mais outras que disseram NÃO ao candidato da AD e ao seu plano subversivo e terrorista (mesmo as que votaram AD em 5 de Outubro) — todas estas e muitas mais vão continuar a levantar cada vez mais alto a bandeira da luta pela defesa dos seus interesses, dos seus direitos e dos seus filhos pela solução dos seus problemas de trabalhadoras, mães e cidadãs. Que o mesmo é dizer pelo reforço da Democracia em Portugal.

Neste ano que vai ser o Ano Internacional do Deficiente (de que tantas crianças poderiam beneficiar no nosso País), neste ano em que a factura a pagar à AD está já e vai ainda causar mais dores de cabeça às donas de casa, com os preços a aumentarem em flecha, neste ano em que o Governo anti-Pátria e anti-Paz da AD, se o deixassem, transformaria o País num paiol de armas nucleares, neste ano de 1981 as mulheres portuguesas — jovens, adultas das mais variadas profissões, sectores e camadas — vão, disso estamos certos, unirem-se mais ainda na defesa da paz, da liberdade e da democracia.

«AD» fez de 1980 um ano mau para a lavoura

Por todo o país, entre os pequenos e médios agricultores, a mesma queixa:

«1980 foi ano mau para a agricultura portuguesa».

À primeira vista nada de novo. Já 1979 fora ano mau, ano em que as expectativas dos agricultores foram igualmente afogadas em medidas gravosas para a lavoura. Mas em 1980, a situação piorou. E piorou através de duas vias: uma por omissão de medidas capazes de acudir a uma agricultura descapitalizada há longos anos; outra por continuidade de uma política, em absoluto contrária aos interesses dos pequenos e médios agricultores, uma política de claro protecção aos senhorios ricos e grandes proprietários de terras.

O tom desta política foi aliás dado logo, através do Orçamento Geral do Estado do Governo «AD»: para Fomento Agrícola, as verbas atribuídas foram unicamente de 1.150.000 contos, o que considerando a inflação representa uma redução de 30%; as verbas destinadas a investimento na agricultura foram reduzidas de 4 para 3 milhões de contos (menos 25%); o total de investimentos estatais representou apenas 13% (em 1979, fora de 18%); as verbas destinadas à florestação chegavam apenas para 2.000 hectares (e só no ano passado arderam 48.000 ha).

Particularizando mais: as verbas atribuídas pelo Governo «AD» para fomento da produção animal foram unicamente de 13.000 contos (o que nem dá para 20 reprodutores); para silvopastorícia cifraram-se em 2.000 contos (5 vezes menos do que para fomento de peixes e abelhas); para aumento da área regada em 4.000 contos (o

que nem chega para uma barragem de terra); para sanidade animal, foram concedidos menos 75 por cento do que em 1979.

Medidas ruinosas

Todo este desprezo pela sorte da lavoura, evidenciado através da mera leitura das verbas atribuídas no Orçamento Geral do Estado, traduziu-se, agudamente, nas diversas medidas práticas do Governo «AD». É assim que assistimos a:

● subida de preços dos produtos fundamentais para a agricultura: rações, gasóleo, enxofre, sulfato, vacinas, sementes (a semente do milho aumentou 86%); E no final do ano, novos e terríveis aumentos e nos adubos, nos combustíveis e a ameaça do preço das rações vir a sofrer um aumento provável de 40 a 50%...

● a alta de preços dos produtos

básicos para a produção agrícola, acompanhada pelo congelamento ou por aumentos irrisórios dos preços ao produtor, que não compensaram, nem de perto nem de longe, os custos de produção. Foi assim que, embora os serviços regionais do MAP aconselhassem um aumento de 16515 para o litro do leite à produção, o Governo acabou por limitar-se a subir 560 no preço do leite da classe «A»; para o vinho os preços oficiais foram significativamente baixos; para a batata tardou um preço oficial de garantia; do mesmo modo para o gado desceram os preços...

● o esmoamento da produção agrícola foi de mal a pior... que o digam os produtores de batata, os vinicultores, os produtores de azeite (o crédito concedido ao Instituto de Azeite e Produtos Oleaginosos só deu para comprar cerca de 15% da produção nacional); que o digam ainda os produtores de fruta e tantos outros...

● quanto à assistência técnica foi o que se viu. Como exemplo mais escandaloso, temos o célebre caso do surto da febre aftosa que se generalizou antes do Governo tomar qualquer medida. mesmo quando finalmente «acordou» o Governo lançou mão de panacéias, como tal insuficientes: permitiu o contrabando de gado, o mercado negro de vacinas, fechou as feiras e baixou os preços da carne à produção...

● a política de crédito foi outro desastre: o Crédito Agrícola de Emergência foi cortado; acenou-se aos rendeiros com o crédito PAR, que poderia corresponder a uma longa luta destes 300 mil trabalhadores de mais de 1/3 das nossas explorações em cerca de 40% da área agrícola do país. Mas onde está esse crédito PAR? Quem o recebeu? Em que condições?

● Quanto a seguros... é certo que foi aprovado um seguro agrícola. Um seguro de tal ordem que não cobre nem cheias, nem incêndios, nem gado e que, quanto às geadas, não abrange o ano todo... Enfim, o Governo «AD» não resolveu um só problema da agricultura portuguesa e agravou-os a todos. As populações rurais, os pequenos e médios agricultores sentiram-no. E, no entanto, a nível de expressão eleitoral, deram o seu voto maioritariamente à «AD»...

1981: Dinamização da luta

Este facto, contraditório em si mesmo — prosseguir votando em forças que aceleram a sua ruína — é simultaneamente complexo e simples. Complexo porque na sua raiz se encontram séculos de obscurantismo, de opressão, de fatalismo, de submissão ao domínio dos caciques locais; complexo, porque a par destas forças objectivas e subjectivas do passado, brotam entre as populações rurais,

anseios de mudança — e «mudanças» foi na realidade uma palavra mágica em toda a campanha demagógica da «AD»! Simples, porque os resultados obtidos nas zonas rurais não surpreenderão tanto como isso, se atentarmos na política demagógica da «AD», prometendo mundos e fundos a quem se vê cada vez mais de terra e mãos vazias; chegando mesmo a algumas concessões (subsídio do gasóleo, aumento de pensões rurais) para tornar mais verosímeis as promessas; E tudo isto tendo como pano de fundo um controlo absoluto dos meios de Comunicação de Massa, entre os quais a Rádio — e entre as populações rurais este é dos mais poderosíssimos meios de propaganda —; um domínio dos senhores que, na prática, se assume como domínio sobre as possibilidades de ganho-pão dos que deles dependem economicamente, logo politicamente;

domínio ainda, em muitos casos, do próprio processo eleitoral quer, previamente, intimidando, ameaçando ou (e) aliciando as populações, quer no próprio acto eleitoral fazendo vingar pela força, fraudes de ordem diversa.

Numa palavra, a «AD» jogou e jogou bem. Só que o seu jogo, por natureza própria, terá sempre um só sentido: a favor dos grandes proprietários e intermediários e contra os pequenos e médios

agricultores. A «AD» jogou e, desta vez, ganhou. Um ganho à tangente relativamente às forças democráticas. Um ganho provisório, contado no tempo. E o tempo é e será cada vez mais curto — e de forma inevitável, científica — contra a «AD» ou qualquer outra força de direita, isolada ou em coligação. De tal modo que mais exacto do que dizer a «AD», a direita ganhou, seria antes afirmar que a «AD» retardou a sua derrota. Se não vejamos:

É ou não certo que em 1980, assistimos ao ampliar da movimentação das massas camponesas no nosso país, ao fortalecimento das suas organizações (Ligas, União e da CNA), ao amadurecimento da sua intervenção reivindicativa? Ora esta mobilização e organização tenderá em 1981 a assumir formas mais vastas. O somar de dificuldades, as expectativas goradas, o apagamento, à custa da sua subsistência, das migalhas que o Governo «AD» lhes veio conceder para lhes assegurar o engano — e portanto o voto — virão engrossar mais e mais o processo de desencantamento e protesto, dinamizar a organização de classe destes trabalhadores da terra. E tanto mais quanto as organizações da lavoura, as forças democráticas e progressistas souberem interpretar e orientar justamente os interesses e a luta dos pequenos e médios agricultores.

